



XVIII Convenção Nacional de Solidariedade à Cuba



O movimento nacional de solidariedade a Cuba realiza, nos próximos dias 04, 05 e 06 de junho, a XVIII Convenção Nacional de Solidariedade à Cuba, na cidade de Porto Alegre/RS.

A Convenção Nacional de Solidariedade a Cuba é um evento que congrega todas as organizações e pessoas do país que estão do lado do processo revolucionário cubano, com suas conquistas sociais e humanitárias. O objetivo do evento, dentro dos marcos da defesa da soberania e auto-determinação dos povos, é organizar os trabalhos da solidariedade, construindo alternativas para contrapor o bloqueio midiático exercido pelos poderosos meios de comunicação contra a Ilha Caribenha em nosso país.

Em preparação ao evento nacional, a Associação Cultural José Martí de Santa Catarina organizou a III Convenção Estadual de Solidariedade a Cuba, no dia 26 de maio, às 19 horas, no Plenarinho, da Assembléia Legislativa de Santa Catarina ALESC, quando foi formalizada a Frente Parlamentar Catarinense de Solidariedade a Cuba, com a presença de representantes do governo cubano.

Em defesa da Revolução Cubana
páginas 7 à 11

ELEIÇÕES 2010

**A candidatura de Amauri Soares
ao Governo do Estado de Santa Catarina**
Páginas 2 e 3

**A CCLCP apóia a Candidatura
de Plínio de Arruda Sampaio**
Páginas 4, 5 e 6



Plínio de Arruda Sampaio



Amauri Soares

Congresso Nacional da Classe Trabalhadora

Santos 5 e 6 de Junho de 2010

Encarte:

“AVANÇANDO RUMO AO SOCIALISMO”

Tese do Movimento Avançando Sindical ao CONCLAT





Carta aberta ao povo trabalhador catarinense

As decepções e as frustrações do povo trabalhador catarinense com os sucessivos governos, com o Judiciário, com o Parlamento e com os partidos políticos tradicionais são motivadas por causas reais: essas instituições permanecem atreladas à ordem autocrática do capitalismo dependente, a serviço da reprodução da dominação do imperialismo, dos monopólios, do latifúndio e dos interesses escusos das oligarquias regionais. Esta ordem baseada na exploração e opressão das classes trabalhadoras e das massas populares está na origem das desigualdades econômico-sociais que assolam nosso país e as terras catarinenses. Esta dominação está na raiz: da restrição da democracia; das mazelas da fome, da miséria e do desemprego; do desmonte dos serviços públicos de educação, saúde, segurança, transporte e descaso para com os demais direitos do povo trabalhador.

Quando o povo se mobiliza para lutar por seus interesses, direitos e garantias sociais - por liberdade e justiça social - enfrenta a repressão e criminalização das organizações e dos movimentos populares. Não é por acaso que a imensa maioria de nosso povo, quando não alheia, está sem esperanças em relação ao processo que envolve as pré-candidaturas a governador para as eleições que se aproximam. A atual "apatia" é consequência daquelas frustrações (da falta de opções que mereçam a confiança popular) e da repressão e manipulação impostas pelas forças conservadoras. O nosso povo, no entanto, é valente e lutador: é capaz de grandes conquistas e de grandes feitos no enfrentamento dos desafios históricos; sempre que se organiza, eleva seu nível de consciência, confia num programa de transformações sociais e, sobretudo, quando recupera a confiança em si mesmo.

Até aqui, as "negociações" entre partidos tradicionais e postulantes ao cargo de governador não tem enfrentado com seriedade o debate de princípios, compromissos e programas. Atolados na "pequena política" dos arranjos eleitoreiros, vaidades e personalismos de caciques, e na repartição de cargos e recursos públicos como se fosse patrimônio privado dos donos do poder (ou o botim de um assalto pirata). Estamos a quatro meses das eleições e, até agora, todos os pré-candidatos a governador, repetem variantes do "discurso único" da programática do grande capital: concordam com o desmonte dos sistemas de serviços públicos e com a privatização do patrimônio público; consideram "natural" a implementação de uma política de desprestígio e arrocho salarial dos servidores estaduais, inclusive, dos que atuam em serviços essenciais como educação, saúde, segurança.

Ao contrário, é necessário aglutinar corações e mentes em torno de um projeto efetivamente democrático e popular de transformações sociais, voltado para as necessidades do povo trabalhador catarinense. É necessário colocar no centro do debate programático os interesses populares, discutir com o povo a criação de mecanismos de efetiva e profunda democratização da sociedade e do Estado. É urgente criar (ou revitalizar) as condições para que o poder público possa cumprir seu dever de garantir serviços gratuitos e de excelente qualidade de saúde e educação (em todos os níveis), a segurança do povo (e não só dos ricos); assim como um programa de desenvolvimento com critérios qualitativos de elevação do nível de vida do povo; com políticas de planificação democráticas e investimentos vinculados às necessidades e aos interesses da maioria do povo catarinense.

À luz de tudo isso, em oposição às forças que representam o entulho

ditatorial-oligárquico e em oposição aos velhos e novos conservadores - por solicitação de inúmeros companheiros de luta, de organizações e movimentos populares e sindicais - aceitei apresentar meu nome como candidato ao Governo do Estado de Santa Catarina. Pretendo contribuir com um programa político que enfrente o desafio de servir como instrumento dos trabalhadores e das trabalhadoras em geral, e dos servidores públicos catarinenses, em particular; dos jovens e dos estudantes ávidos por justiça e pelo direito de estudar, de viver com cultura e com arte; das pessoas conscientes que lutam contra as injustiças da ordem vigente e que defendem uma nova forma socialista de organização da sociedade; do respeito à vida; do meio ambiente; do patrimônio e do serviço público.

De hoje até a data em que as convenções partidárias definem as candidaturas existe um longo caminho a percorrer. Buscaremos alianças com aqueles que acreditam ser possível fazer política com decência, sem estar subordinado à vontade das elites oligárquicas e conservadoras. Pretendemos superar cada obstáculo que se apresente, com a convicção de podemos e devemos construir um futuro melhor para todos os catarinenses.

Fraterno abraço,

Amauri Soares

Deputado Estadual do PDT
Pré-Candidato ao Governo do Estado



Veja no próximo número: **"Poder oligárquico, dominação monopolista-imperialista e transformação social : o caso de Santa Catarina"**



LANÇAMENTO DA PRÉ-CANDIDATURA DO SARGENTO SOARES AO GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Realizou-se, dia 01 de Junho, no Auditório do antigo Cine Ritz em Florianópolis o Ato de lançamento da pré-candidatura ao governo do Estado de Santa Catarina do militante e dirigente da CCLCP Amauri Soares (atual deputado estadual). Estiveram presentes no Ato ceca de 400 lutadores do povo. A seguir publicamos na íntegra o discurso de Alexandre dos Santos, dirigente nacional da CCLCP, que apresentou a perspectiva geral de nossa organização com o lançamento desta candidatura.

Saudamos a todos os camaradas presentes neste ato, aos militantes(partidos, sindicatos, movimentos sociais, APRASC, Juventude, MAS, JCA), em especial aos militantes da Corrente Comunista Luiz Carlos Prestes, que não tem medido esforços para tornar esta candidatura uma realidade para as classes trabalhadoras catarinenses.

A Corrente Comunista Luiz Carlos Prestes lança, em conjunto com todos os partidos e organizações aqui presentes, a Candidatura do Camarada Sargento Amauri Soares a governador do Estado de Santa Catarina.

Esta candidatura é muito diferente de todas as outras candidaturas que estão sendo construídas em nosso Estado. Sem exceção todos os demais candidatos estão empenhados em demonstrar suas qualidades, posições políticas e articulações para governar em nome dos ricos patrões, latifundiários e monopólios empresariais que exploram os trabalhadores catarinenses. Esta não é uma candidatura dos inimigos da classe trabalhadora, não é uma candidatura que para se viabilizar se submete ao pacto oligárquico, não!

Esta candidatura é uma candidatura do povo trabalhador, das classes exploradas de nosso estado, expressão dos movimentos organizados e esta candidatura só é possível porque a população catarinense tem o direito de construir uma alternativa de poder democrático e popular expressão das necessidades do povo catarinense. Chega de governo dos ricos! Esta candidatura rejeita o pacto oligárquico que está sendo construído pelas cúpulas partidárias dos outros candidatos, são os velhos e os novos representantes da classe que explora e oprime o povo catarinense.

Uma candidatura comunista, como a do camarada Sargento Soares, é fruto e expressão da organização popular, das necessidades e lutas das classes trabalhadoras. Sua viabilidade política e social está vinculada a necessidade de um Programa Popular para Santa Catarina.

Um programa que não será mais uma peça de marketing, propaganda eleitoral, que após a eleição é engavetado e assinado como recibo de mais uma fraude eleitoral. Pois é isto que representa o programa das demais candidaturas, na campanha eleitoral tudo em nome do povo, no governo tudo em nome do empresário e dos interesses particulares deste ou daquele governante.

A construção de um Programa popular para Santa Catarina tem como estratégia fundamental a organização das classes trabalhadoras catarinenses, pois a realização deste programa será obra da classe organizada, pois se dependermos das estruturas de Estado (Poder Executivo, Judiciário e Legislativo) os governos só podem servir a uma classe, a classe dominante a Burguesia.



O único poder capaz de modificar esta lógica do Estado é a organização da Classe trabalhadora Catarinense. Por isto, a Candidatura do Camarada Amauri Soares é viável, pois a classe está organizada, mas precisa muito mais para avançar na luta.

Esta Candidatura por si já é uma vitória das classes trabalhadoras, vamos ter um espaço em que o projeto político democrático e popular será apresentado com coerência e fundamentação, estamos prontos para debater com quaisquer candidatos e apresentar nosso Programa Popular para Santa Catarina como uma alternativa realizável dos interesses populares catarinenses.

Podemos sinteticamente indicar que um programa deve ter três grandes eixos de elaboração:

Primeiro um Geral, de Concepção de Governo.

Neste eixo se integram as questões estratégicas do Governo, sua forma democrática e participativa, em que o protagonismo e a participação das classes trabalhadoras é o motor da realização das políticas governamentais.

O governo deve criar mecanismos democráticos eficazes de participação popular organizada, elevando o nível de consciência política e organizativa das amplas massas, construindo uma base sólida para um governo democrático e popular.

Neste sentido, as conquistas populares implicam num combate contínuo e acirrado dos interesses oligárquicos, que

tem no estado a garantia da sua dominação, por isso, só o povo organizado é capaz de tornar eficaz uma política democrática e popular, do contrário, serão apenas belos discursos e na prática, é isso que representa aos outras candidaturas, mais do mesmo.

Em segundo nível os eixos de desenvolvimento da transformação social no âmbito regional de um programa de governo. As medidas governamentais de combate aos problemas sociais mais abrangentes como a questão da fome e da miséria de milhares de catarinenses, os graves problemas ambientais, as desigualdades de desenvolvimento regionais, bem como uma política de desenvolvimento da produção sobre o controle social e de acordo com os interesses das classes trabalhadoras catarinenses.

Por último e não menos importante os eixos específicos:

Eixos Específicos :

- Política Econômica
- Reforma Agrária
- Reforma Urbana
- Educação, ciência, tecnologia, cultura, arte e esporte
- Saúde e previdência
- Transporte
- Segurança Pública
- Políticas de democratização da sociedade do Estado

i) Meio-ambiente
j) Energia
k) Mulheres, crianças e adolescentes, combate ao patriarcalismo, ao racismo, Homofobia.

Estes são apenas eixos para a orientação de um programa popular para Santa Catarina, este programa deverá ser desenvolvido e ampliado no decorrer desta campanha, e mesmo com as vitórias das classes trabalhadoras catarinenses, este programa deverá ser constantemente trabalhado para garantir o acúmulo de forças e avançarmos rumo a uma sociedade em que o desenvolvimento das faculdades humanas seja o objetivo imediato de nossa ação; portanto camaradas, estamos falando de um processo em que nosso objetivo final, de todos e de cada um dos presentes, é a construção do socialismo e a conseqüente emancipação humana.

Saudações a todos e muito obrigado.





POR UMA FRENTE DE ESQUERDA PERMANENTE COMO INSTRUMENTO POLÍTICO PARA A FORMAÇÃO DE UM BLOCO DE FORÇAS POPULARES

A Corrente Comunista Luis Carlos Prestes apóia a Candidatura a Presidente da República de Plínio de Arruda Sampaio (Psol)

O cenário sócio-histórico e político das eleições de 2010

O cenário histórico das eleições brasileiras de 2010 e do movimento das classes sociais e forças políticas do país têm como fundamento e determinação predominante o aprofundamento da crise estrutural do capital e o prolongamento do ciclo conjuntural recessivo internacional que irrompeu em 2008. A própria crise cíclica conjuntural, após uma aparente recuperação (superestimada pela mídia e pelos governos) já volta a piorar com o estouro da bolha dos déficits públicos no sul da Europa (mas se deslocando da Grécia-Espanha-Portugal-Itália, para o leste europeu, Japão, Reino Unido, com novas convulsões no centro nervoso do sistema: os EUA). O vencimento de dívidas públicas e privadas que não poderão ser pagas trará graves e imediatas consequências para o sistema bancário internacional e para a elevação das taxas de juros.

As dificuldades pelas quais está passando a superpotência estadunidense aumenta o peso do que ocorre no interior da formação social e do Estado territorial brasileiro como arena de lutas e revitaliza as potencialidades objetivas de protagonismo das massas populares em geral e do proletariado em particular sobre o processo político (e sócio-histórico abrangente). O impacto da crise no Brasil em 2009 não pode ser minimizado como uma “marolinha”; houve significativa redução do PIB e a perda de 1 milhão de postos de trabalho, sendo 800 mil com carteira assinada. O pior, no entanto, ainda está por vir.

Em seu desenvolvimento histórico o Brasil caiu nas malhas do capitalismo dependente; e por isto a ótica socialista de combate à crise em nosso país adquire manifestações particulares. É necessário fundir o enfrentamento dos problemas concretos gerados pela crise estrutural do capitalismo (o agravamento da barbárie e do sofrimento do povo trabalhador) com a luta para resolver os problemas históricos herdados do passado que decorrem da ausência de uma revolução democrática e nacional em nossa história: superexploração dos trabalhadores, segregação social dos pobres em geral e espoliação externa devido à dependência em relação ao imperialismo. A defesa intransigente da economia popular contra os efeitos devastadores da crise (que vão se manifestar de formas cada vez mais sensíveis) deve se combinar com a luta pela ampliação dos direitos sociais; e ambas, para terem eficácia cumulativa e duradoura, devem ligar-se ao questionamento das políticas conservadoras e ao fortalecimento do nível de consciência do povo trabalhador sobre a necessidade de romper com o bloco de poder formado pela associação entre o imperialismo, os monopólios e o latifúndio.

A política “neo-desenvolvimentista” defendida pela candidata situacionista Dilma (PT e aliados), centrada no apoio estatal ao desenvolvimento do capitalismo monopolista no Brasil mediante um “pacto de conciliação classes” onde o fortalecimento dos grandes grupos econômicos e a entrega do país às exigências do capital financeiro combina-se com o “gotejamento” de migalhas “compensatórias” para conter o protesto dos miseráveis e a cooptação para desorganizar e demobilizar as classes trabalhadoras está aquém até mesmo de qualquer “reformismo mínimo” e só fortalece o conservadorismo. O candidato da oposição de direita, Serra (campo PSDB/DEM), foi e é adepto da mesma linha defendida por Dilma; mas o campo de apoio de sua candidatura se coloca em uma posição neoconservadora mais extremista. Há uma proximidade essencial entre as políticas do campo petista e a do campo do PSDB-DEM. O governo Lula abandonou seus antigos compromissos com reformas democratizantes (inclusive a reforma agrária) e manteve a política econômica herdada do governo FHC - privatização das empresas estratégicas, juros altos, endividamento público interno, etc. retirou direitos sociais, congelou salários intermediários e seguiu na linha da promoção de novas contra-reformas (de modo mais radicalmente nefasto na previdência - onde recorreu à corrupção comprando parlamentares de direita para votar em políticas de direita mas também com retrocessos “dosados” em outros âmbitos,

como o sindical, trabalhista e universitário). Do mesmo modo convergente Serra promete manter a essência do assistencialismo governamental do Governo Lula, do tipo Benefício de Prestação Continuada (BPC) e Programa Bolsa Família (PBF) - ainda que possa vir a trocar os seus nomes e o pessoal gestor até porque estas “políticas focalizadas” como compensação pela retirada de direitos sociais universais não foram inventadas no Brasil, mas (com algumas “adaptações nativas”) seguem a recomendação do FMI e do Banco Mundial e a doutrina dos pensadores da direita radical (como Von Hayeck e Von Mises). É visível, porém, o caráter mais acentuado dos preconceitos elitistas e da mentalidade repressiva que empolga o campo PSDB/DEM; e também o alinhamento mais servil à Washington e mais hostil aos movimentos proletários e populares e aos governos progressistas (os recentes ataques grosseiros de Serra contra a Bolívia e Venezuela são uma manifestação explícita desta tendência).

Estas duas candidaturas conservadoras adversárias estão, até agora, polarizando o noticiário pré-eleitoral. A aparente bipolaridade favorece a difusão da impressão (não

e política e nosso país coloca a possibilidade objetiva e a necessidade histórica da criação de um campo de esquerda com expressão nas eleições de 2010. Este campo tem condições de desbloquear a indigesta e frustrante estática bipolaridade conservadora entre o campo do PT e o campo PSDB/DEM e inclusive polarizar (imediatamente ou mais adiante) setores do PT (ou que hoje o apoiam) que podem (e devem) fazer parte de um campo de esquerda reaglutinado e com capacidade de convocação e mobilização de massa. Sem ilusões eleitoreiras, não desprezamos as possibilidades abertas pela conquista proletária e popular do sufrágio universal e demais liberdades políticas impostas às classes dominantes pela luta dos de baixo, contra a ditadura e posterior reciclagem da autocracia burguesa. Consideramos que é possível politizar o processo eleitoral e travar a luta contra a hegemonia do grande capital, convertendo-o num espaço educativo para a elevação do nível de consciência e organização proletária e popular; desde que este trabalho esteja subordinado à organização da luta dos de baixo, à ligação do que Florestan Fernandes chama de “revolução dentro da ordem” que amplia o espaço de luta à “revolução



por acaso hoje dominante, pois muito interessante para os conservadores) da existência exclusiva de dois campos alternativos: Dilma *versus* Serra. Na realidade, com pequenas diferenças, estas duas candidaturas representam duas faces do mesmo bloco conservador e, portanto, não podem representar uma alternativa que contemple os interesses das classes trabalhadoras e das massas populares.

A candidatura que hoje aparece em terceiro lugar nas enquetes eleitorais - da ex-Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva (PV) - também faz parte do bloco conservador. Ela procura se colocar como opção intermediária: busca captar setores descontentes com a administração federal, mas também refratários ao tucanato. Marina tem defendido as privatizações e conceitos da geopolítica imperialista. Além de ter permitido o desmonte do IBAMA aceitando a pressão do grande capital, o discurso da “sustentabilidade ecológica” da candidata do PV não foge da perspectiva conservadora. Ela defende: os transgênicos, a transposição do rio São Francisco, a Lei das Florestas e a MP da grilagem na Amazônia. Trata-se de um “ambientalismo” *capitalista e conservador*, afinado com a insaciável ganância anti-ecológica das transnacionais e dos neo-latifundiários do agro-negócio.

Consideramos que a situação concreta sócio-histórica

contra a ordem dominada pelo grande capital” que abra caminho para o socialismo. Nossa participação no processo eleitoral se dá como elemento político subordinado da totalidade formada por uma estratégia revolucionária conseqüente e não como um fim em si. Só assim se evita o cretinismo eleitoral e o oportunismo (isto é, que a participação nestas instituições seja a mera mediação da domesticação dos militantes socialistas à ordem burguesa). Há inclusive a possibilidade de fazer avançar o processo revolucionário a partir da eleição de um líder popular radical (como ocorre hoje na Venezuela, Bolívia e Equador). No entanto, é necessário ter sempre clara uma característica fundamental das sociedades divididas por contradições de classes e pela dinâmica da luta entre classes antagônicas: a chegada ao poder, sem o apoio e a participação de setores populares organizados e mobilizados em torno de um programa definido de profundas transformações sociais, sem a construção e um bloco popular capaz e conquistar a hegemonia da direção política sociedade, só poderá viabilizar-se mediante a capitulação frente às classes dominantes. E, hoje, no Brasil, isso significa a capitulação diante dos interesses do grande capital internacionalizado, em especial, do capital financeiro, ou seja, dos banqueiros internacionais.



O BLOCO DAS FORÇAS SOCIAIS POPULARES E A FRENTE DE ESQUERDA

Estão condenados à derrota aqueles que mantêm a anacrônica e perigosa ilusão de que se poderia fazer avançar a luta por transformações sociais através de uma política de desenvolvimento de um “capitalismo autônomo e democrático” em aliança com uma suposta “burguesia nacional”. A burguesia brasileira está associada em posição de dependência ao capital internacionalizado. O monopólio capitalista brasileiro já está há muito tempo entrelaçado e associado ao capital externo; portanto não há como separar isso. No Brasil, hoje, ao lutar contra o imperialismo, contra as diferentes formas de dominação do capital externo, estamos lutando contra o capitalismo. Ao empreender qualquer medida de caráter antiimperialista estamos tomando medidas também de caráter anticapitalista; estaremos desatando uma dinâmica social que cria condições para a transição ao socialismo.

Os inimigos principais do povo brasileiro são: o imperialismo, os monopólios e o latifúndio. São estas forças que formam o bloco de poder dominante que se organiza no Estado autocrático burguês e são responsáveis pela manutenção do único tipo de capitalismo hoje possível no Brasil: uma ordem burguesa permanentemente autocrática, permanentemente dependente do imperialismo e subdesenvolvida; baseada na superexploração do proletariado e na expropriação, espoliação e opressão das massas populares (integradas ao mercado, mas excluídas de direitos e garantias democráticas efetivas econômicas, políticas, sociais e culturais). Por isto, este foco nos inimigos principais é o eixo em torno do qual deve se articular a formação do bloco histórico das forças sociais e políticas revolucionárias. Negar-se ao combate para liquidar a dominação deste bloco de poder descaracterizaria o movimento proletário e popular e suas organizações políticas (que vegetariam invertebradas, estéreis, frouxas; se converteriam em agentes da conciliação de classes, oportunistas, conformistas, aquém mesmo da luta conseqüente por reformas). Diluir esta centralidade desorientaria a investida estratégia de sua direção e objetivo, impediria a ligação das vitórias parciais com a acumulação de forças para a instauração de um poder revolucionário, confundiria a militância e dividiria o povo. Ao invés de isolar os inimigos principais permitiria a ampliação da área de manobra das classes dominantes para anular através da repressão estatal, manipulação e cooptação - o “subversivismo esporádico e elementar” de movimentos proletários e populares (internamente desorganizados e carentes de uma estratégia clara e correta). Tal diluição da precisão do alvo estratégico levaria ao isolamento dos revolucionários, abandonando setores populares inteiros à mercê da direção manipulatória do grande capital e facilitando o “transformismo” e cooptação das lideranças.

O importante é ter claro que a formação do bloco das forças sociais proletárias e populares só pode se realizar na mediada em que o movimento revolucionário for capaz de formular programas práticos significativos. E no Brasil estes programas devem basear-se na realidade da subordinação estrutural e antagonismo comum do proletariado e de todos os seus aliados potenciais aos grupos ligados ao bloco de poder formado pelos monopólios transnacionais e nativos e pelo latifúndio (todos estreitamente associados). É necessário desde já articular o esforço de elevação do nível de mobilização e organização das massas proletárias e populares: desde assembleias locais, greves, protestos, mobilizações até seminários, encontros e congressos que visem a reorganização orgânica do movimento sindical classista e sua articulação com as organizações populares. É necessário ligar a formação



de um pólo de resistência às políticas do grande capital e de defesa dos interesses e direitos populares (ameaçados de ser penalizados com os custos da crise) com a elaboração de um programa de transformações que contemple os interesses da maioria explorada e oprimida e voltada para a formação de um poder político revolucionário. Para tanto, sem dúvida, é importante tentar avançar desde já na construção de uma aliança das forças de esquerda que proporcione uma direção para estas lutas. É necessário realizar todo esforço possível para avançar no debate e concretização da formação de uma frente de partidos e organizações políticas de esquerda (com ou sem registro legal); que poderá inclusive constituir-se como uma frente com registro eleitoral (a legislação atual permite isto), onde os vários partidos e organizações mantenham intactas suas autonomias e identidades políticas e orgânicas.

Prestes, ainda na época em que vivíamos sob a ditadura militar aberta e o CC do PCB o acusava de querer “rachar a frente democrática lhe contrapondo uma frente de esquerda”, escreveu: “para chegarmos à construção de uma efetiva frente democrática de todas as forças que se opõem ao atual regime, é necessário que se unam as *forças de esquerda* quer dizer, aquelas que lutam pelo socialismo no trabalho decisivo de organização das massas 'de baixo para cima'; que elas se aglutinem, sem excluir também entendimentos entre seus dirigentes, com base numa plataforma de unidade de ação, e que, dessa maneira, cheguem a reunir em torno de si os demais setores oposicionistas, tornando-se a força motriz da frente democrática. Esta é a perspectiva revolucionária de encaminhamento da luta contra a

ditadura, a que mais interessa à classe operária e a todos os trabalhadores. Será a constituição em nosso país, pela primeira vez, da unidade de diversas forças que lutam pelo socialismo. Colocam-se contra essa possibilidade os que preferem ficar a reboque da burguesia e que buscam, com isto, mais uma vez, chegar em nosso país a uma democracia para as elites, da qual não participariam os trabalhadores.” (Prestes, Luiz Carlos - Carta aos Comunistas, Alfa-Omega, SP, Março de 1980, 2ª ed.definitiva, p.30). Na visão de Prestes, para além da “unidade das forças que lutam pelo socialismo”, esta frente seria uma expressão política do bloco histórico das forças sociais antimperialistas, antimonopolistas e antilatifundiárias. No entanto, a ênfase de Prestes na formação da frente está posta na centralidade da luta de baixo para cima: “É partindo dessas lutas, da atividade cotidiana junto aos mais diferentes setores populares, principalmente junto à classe operária, que poderemos avançar no sentido do esclarecimento das massas para que cheguem à compreensão da necessidade das transformações radicais de cunho antimonopolista, antiimperialista e antilatifundiário. É necessário mostrar aos trabalhadores que os grandes problemas que afetam a vida de nosso povo só poderão ser solucionados com a liquidação do poder dos monopólios nacionais e estrangeiros e do latifúndio, e que isto só será conseguido com a formação de um bloco de forças antimonopolistas, antiimperialistas e antilatifundiárias, capaz de assumir o poder e de dar início a essas transformações. Poder que, pelo seu próprio caráter, significará um passo decisivo rumo ao socialismo” (Id. Ibid. pp. 34-35).



No interior do Fórum de Unidade dos Comunistas do qual participamos junto com o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e a Refundação Comunista (RC) temos discutido a importância de criar os pré-requisitos para formar uma FRENTE DE ESQUERDA PERMANENTE como INSTRUMENTO POLÍTICO PARA A FORMAÇÃO DE UM BLOCO DE FORÇAS POPULARES. Esta proposta não se reduz a uma frente eleitoral, mas e sob este aspecto a CCLCP tem ampla concordância com a RC tratar-se-ia de uma “frente institucional de massas, com existência legal e ampla inserção política”, que “abarque o conjunto das classes e camadas populares” em torno de um programa contrário ao bloco de poder dominante. Ela teria como programa mínimo as reformas sociais dentro da ordem e patamar máximo a ruptura revolucionária que abra a “transição para além da ordem rumo ao

socialismo”. A proposta é que “a frente” não se confunda com um novo partido, mas com um meio para agregar partidos e organizações políticas de esquerda com as organizações centradas em manifestações extraparlamentares da luta, oferecendo uma alternativa legalizada para os “de baixo” no campo eleitoral. Tal Frente seria composta por: partidos (legalizados ou não), correntes, agrupamentos, movimentos, setores religiosos de várias origens, militantes, personalidades políticas e segmentos avançados de massas, bastando que se identifiquem, completa ou parcialmente, com os anseios nacionais, democrático-radiciais, populares e socialistas articulados em torno de um programa de exigências antimperialistas, antimonopolistas e antilatifundiárias. No plano do conteúdo programático, não cabe exigir que a “frente” endosse ou formalize o programa máximo revolucionário, que tenha homogeneidade

ideológica ou na fundamentação teórica da estratégia da revolução. Estes podem ser critérios e atributos indispensáveis, deveras, para partidos proletários revolucionários. A Frente é algo diferente, que tem outra função. Para compor a “frente”, basta a identificação com o programa mínimo e os eixos centrais, democrático radicais e populares, da luta contra o bloco de poder. A “frente” seria um fórum político plural de mobilização, unificação e organização popular. Só com tal característica poderá vir a ser o principal pólo político unificador da esquerda e o meio abrangente de combate conseqüente à direita. Nesses termos, sempre preservando o consenso nas questões mais importantes, é positivo que desenvolva o papel mais avançado possível na luta de classes real, de modo a isolar os conservadores e enfrentar os poderosos com chances reais de vitória, em cada embate ou globalmente.

NOSSO APOIO A CANDIDATURA DE PLÍNIO

Nosso apoio a Plínio de Arruda Sampaio à Presidência da República parte da avaliação de que, a nosso ver, ele - por suas qualidades pessoais (de inquestionável dignidade, dedicação por toda sua vida à luta dos explorados e oprimidos e aos mais genuínos valores patrióticos e humanistas), por sua inserção nos movimentos populares e relação com forças políticas avançadas é hoje o candidato que reúne as melhores condições para combater a direita e aglutinar as forças sociais e políticas capazes de se comprometer efetivamente com os elementos fundamentais para um programa de governo democrático-radical, anti-imperialista, antimonopolista e antilatifundiário; um programa que sintetize os principais anseios do proletariado e das demais classes trabalhadores e populares, que contemple as necessidades nacionais e que possa desdobrar-se em propostas estaduais, como fator de unidade acima dos caminhos e opções imediatos. Consideramos importante a articulação da campanha presidencial com as campanhas para Governos Estaduais e candidatos a deputados que: estejam à esquerda no espectro político, tenham alguma densidade eleitoral, apresentem vontade transformadora, adotem postura aberta e confirmem propósito agregador das classes trabalhadoras e massas populares; bem como adotem métodos capazes de incorporar à campanha eleitoral os vários segmentos políticos envolvidos, fortalecendo a unidade do bloco popular e construindo alianças amplas mas coerentes, baseadas em princípios e programas consequentes.

O esboço deste programa já aparece delineado no Manifesto de Apoio à Pré-candidatura de Plínio de Arruda Sampaio (cujo conteúdo na íntegra pode ser encontrado no site <http://pliniopresidente.com>), que já conta com milhares de assinaturas, abrangendo um universo social e político muito mais amplo do que o do seu partido, incluindo as adesões de: Fábio Konder Comparato, Aziz Ab'Saber, José Arbex Jr., Dom Cappio, Dom Tomás Balduino, Carlos Nelson Coutinho, Leandro Konder, Virgínia Fontes, Vito Letizia, Ivan Valente, Rosa Marques, Marcelo Freixo, Gilberto Maringoni, João Alfredo, João Machado, Chico de Oliveira, Ricardo Antunes, Chico Alencar, Raul Marcelo, José Nery, Milton Temer, Arthur Moreira, Fernando Silva "Tostão", Sandra Feltrín, entre outras pessoas com histórica trajetória na esquerda brasileira; e inclusive com o apoio internacional de figuras com a envergadura de István Mészáros e François Chesnais.



AVANÇANDO RUMO AO SOCIALISMO

Tese do Movimento Avançando Sindical

Congresso Nacional da Classe Trabalhadora - Santos - 5 e 6 de Junho de 2010

I. CONJUNTURA INTERNACIONAL

1. A Crise Estrutural do Capital

“Desde o início dos anos (19)70 abriu-se uma crise mundial do capitalismo, uma crise estrutural (...) a crise do capitalismo mundial é total, é do sistema. Não é apenas uma crise econômica, é também política, social, moral, ideológica, filosófica. Do ponto de vista teórico, só há duas saídas – a guerra mundial ou a revolução” (Luiz Carlos Prestes – Entrevista à Tribuna de Imprensa, RJ, 23/11/1983).

A crise atual não é “só mais uma crise cíclica” que interrompe a “prosperidade capitalista” (o capitalismo já viveu 25 crises, desde o início do século XIX, marcando ciclos econômicos com quatro fases – crise, depressão, recuperação, auge - 16 até 1929 com duração média de 10 anos e depois mais 9 ciclos com média de duração encurtada para um período de 6 a 9 anos). A presente crise também não é um fenômeno fortuito, explicável por escolhas de agentes públicos ou privados ou por incidentes econômicos e políticos imediatos. O colapso do mercado *subprime* e o estouro da bolha imobiliária estadunidense, seguida da falência de bancos foram apenas *detonadores que precipitaram a crise* (como o problema do petróleo em 1973). É um erro confundir estes detonadores superficiais com as causas essenciais das crises determinadas pelo movimento dos complexos contraditórios do sistema do capital.

Em um nível mais sofisticado de análise, as teorias acadêmicas tradicionais do ciclo industrial se dividem na oposição abstrata entre grandes tendências unilaterais: os que explicam as crises pela “insuficiência da demanda” (subconsumo das massas e superprodução de bens de consumo), os que a explicam pela “super-acumulação” (insuficiência de lucros para expandir o Departamento I que produz meios de produção) e “desproporcionalidade” entre esta esfera de produção de bens de capital e o Departamento II (produção de meios de consumo). Ambas cometem o erro de desligar o que está organicamente ligado no interior do modo de produção capitalista: os problemas resultantes da lei tendencial da queda da taxa de lucro, da super-produção de mercadoria e da super-acumulação de capital são determinados pela unidade contraditória entre os complexos contraditórios das relações entre produção e controle, produção e consumo e produção e circulação.

Marx mostra que a produção capitalista vai superando constantemente os limites que lhe são iminentes deslocando suas contradições, mas “só as supera por meios que lhe antepõem novamente estas barreiras em escala mais poderosa”, aproximando o sistema de seus limites históricos absolutos: “A verdadeira barreira da produção capitalista é o próprio capital; isto é: que o capital e sua auto-valorização constitui o ponto de partida e a meta, o motivo e o fim da produção, o fato de que aqui a produção só é produção para o *capital* e não, inversamente, que os meios de produção sejam meros meios para ampliar cada vez mais a estrutura do processo de vida da *sociedade* dos produtores. Daí que os limites dentro dos quais tem que mover-se a conservação e valorização do valor-capital, que repousam sobre a expropriação e pauperização das grandes massas de produtores, choquem-se constantemente com os métodos de produção que o capital se vê obrigado a empregar para conseguir seus fins e que se dirigem a um aumento ilimitado da produção, à produção como finalidade em si mesma, ao desenvolvimento incondicional das forças sociais produtivas do trabalho. O meio empregado – desenvolvimento incondicional das forças sociais produtivas do trabalho – choca-se constantemente com o fim perseguido, que é um fim limitado: a valorização do capital existente. Por conseguinte, se o regime capitalista de produção constitui um meio histórico para desenvolver a capacidade produtiva material e criar o mercado mundial que lhe corresponde, ele é simultaneamente uma contradição constante entre esta sua tarefa histórica e as relações sociais de produção próprias deste regime.” (Marx,

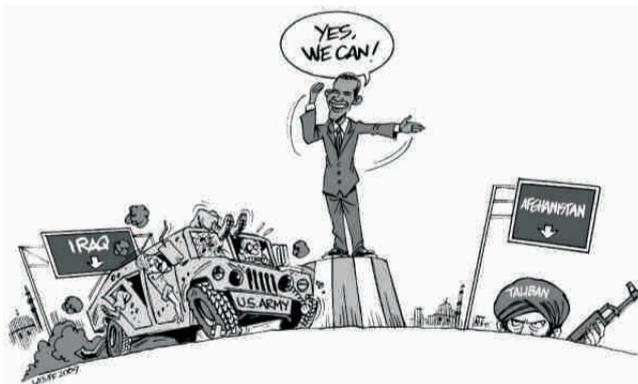
Karl - *O Capital* III/1: 189). Marx nos deixou em suas principais obras elementos suficientes para a elaboração de uma teoria totalizante das crises.

O importante é destacar a especificidade desta crise como um momento da crise estrutural do capital; cuja teorização mais sistemática se deve ao marxista húngaro István Mészáros. “A crise estrutural do capital que começamos a experimentar nos anos 70 (...) não apenas tende a romper com o processo normal de crescimento mas também pressagia uma falha na sua função vital de deslocar as contradições acumuladas do sistema” (Mészáros, István – *Para Além do Capital*, Boitempo, SP, 2002, p. 799). As crises das últimas décadas (1973-75; 1979-82; 1989-92; 1997-2002; e a que desde meados de 2007 está em curso) são recidivas críticas de uma época de crise estrutural do capital e tem um caráter diferente das tradicionais crises cíclicas setoriais. O domínio do capital, desde seus primórdios, se desenvolve internacionalmente e o desenvolvimento desigual da economia mundial sob o capitalismo sempre ocorreu de modo destrutivo, devido ao caráter antagônico de suas leis e princípios estruturais internos. Mas na atual crise estrutural isso assume manifestações cada vez mais graves. Há um prolongamento das crises, sua frequência é mais curta, suas manifestações são mais destrutivas, e há uma tendência a tornar-se um continuum depressivo, em que uma recessão segue a outra. A crise estrutural da ordem metabólica do capital abre uma brecha irremediável na ordem vigente, que não é mais capaz de proporcionar os bens que lhe serviam de justificativa no passado; trata-se de um período único na história do domínio do capital em que este se aproxima dos seus limites absolutos (não meros limites imediatos, mas limites últimos desta totalidade histórica) que não podem ser efetivamente superados sem o estabelecimento de um modo de produção e controle social socialista. A sua novidade histórica torna-se manifesta em quatro aspectos principais: “1) seu caráter é universal, em lugar de restrito a uma esfera particular (por exemplo, financeira ou comercial, ou afetando este ou aquele ramo particular de produção (...)); 2) seu escopo é verdadeiramente global (no sentido literal o mais ameaçador do termo), em lugar de limitado a um conjunto particular de países (como foram todas as principais crises no passado); 3) sua escala de tempo é extensa, contínua -- se preferir: permanente -- em lugar de limitada e cíclica, como foram todas as crises anteriores do capital; 4) seu modo de se desdobrar é rastejante -- em contraste com as erupções e colapsos mais espetaculares e dramáticos do passado -- desde que acrescentássemos a ressalva de que nem sequer as convulsões mais violentas poderiam ser excluídas no que se refere ao futuro: a saber, quando a maquinaria complexa agora ativamente empenhada na 'administração da crise' e no 'deslocamento' mais ou menos temporário das crescentes contradições perder sua energia” (Mészáros, I. - *Para Além do Capital*: 796).

Há particularidades da crise atualmente em curso que a diferenciam: é muito mais grave, irrompeu nos EUA (a superpotência hegemônica imperialista que é hoje o coração do sistema) e tem ali o seu centro de gravitação, mas se expande com um caráter verdadeiramente mundial; implica uma separação radical entre a valorização do capital fictício e a valorização produtiva, que também se desgarrou por completo da capacidade de consumo realizadora da mais-valia. A presente crise está longe de ter atingido o seu

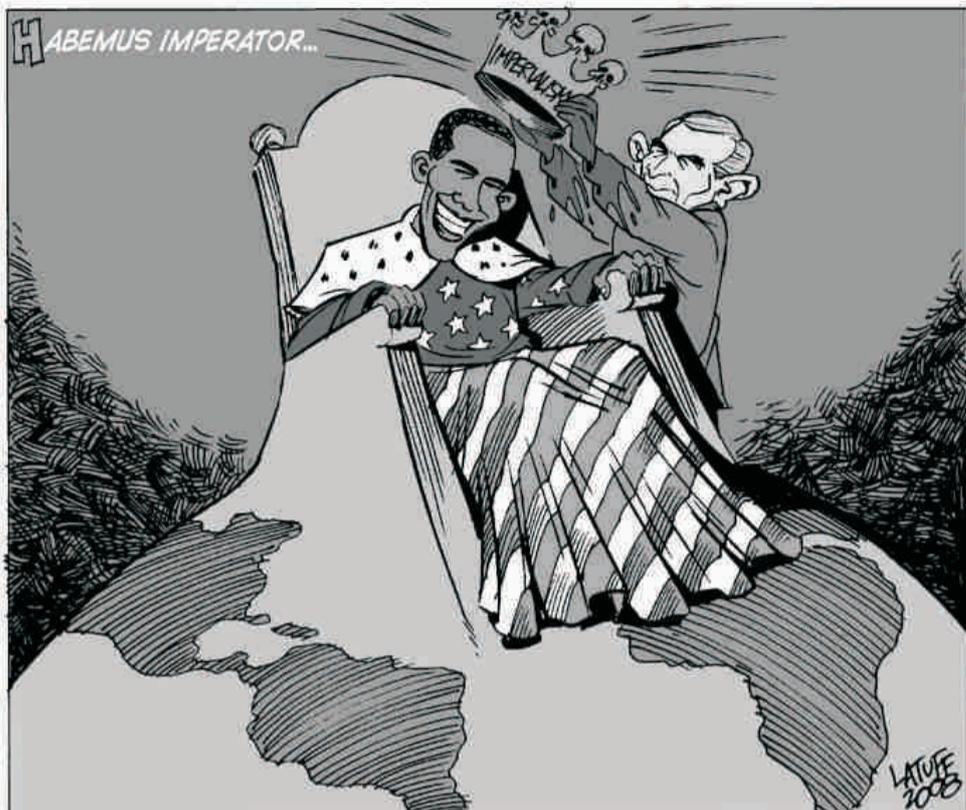
auge, mas já promoveu o maior assalto à economia popular que se tem notícia na história. Os recursos que até ontem faltavam para financiar políticas públicas hoje são esbanjados de modo desesperado em inéditas medidas de “estatização da falência capitalista” (até junho de 2009 já tinha sido injetado US\$ 28 trilhões para o salvamento dos monopólios capitalistas, valor igual a quase oito vezes o PIB da América Latina, US\$ 15 pelo governo dos EUA). Seu efeito imediato foi a parcial desaceleração da crise, mas deixa os Estados sem recursos e realimenta todas as contradições do capitalismo (reforçando a centralização do capital através da sucção da mais-valia de várias partes do mundo, gerando inflação devido a impressão desmedida de dólares pelo governo americano e ampliando o capital fictício, gerando novas e colossais bolhas). Tais medidas são, no entanto, insuficientes para superar a crise que vai ressurgir com força (provavelmente até o segundo semestre de 2010). A crise já começa a produzir respostas radicais e desafiadoras por parte dos movimentos proletários e populares em escala considerável. As políticas da direita radical fracassaram devastadoramente. Simultaneamente as respostas de conciliação de classe também fracassam: as políticas keynesianas e outras adaptações reformistas do passado não podem ter êxito duradouro. A crise estrutural é demasiado profunda para isto, coloca em risco a sobrevivência da humanidade. Uma saída sustentável exige uma transformação estrutural radical, que supere o capitalismo e inicie uma transição efetiva para o socialismo.

2. A Manutenção da Agressividade do Imperialismo Estadunidense no Governo Obama



Diante desta crise, Obama se comporta como um sujeito histórico do e para o imperialismo. Muitos quiseram acreditar que ele seria um presidente progressista (ou “menos pior” do que Bush), esquecendo-se que o imperialismo é inerente ao domínio do capital financeiro estadunidense e que a eliminação do imperialismo requer a derrubada do capitalismo. Seguindo a lógica de um presidente do Estado imperialista hegemônico mundialmente, Obama inicia seu mandato com uma política externa ainda mais agressiva e perigosa para a Ásia, África e América Latina, com o maior gasto militar anual da história dos EUA, US\$ 708 bilhões. Tal conjuntura não é surpreendente de acordo com a lógica do capital. O imperialismo caracteriza-se principalmente pelas guerras, como uma forma de amenizar as crises e centralizar capital. Com a crise estrutural essa realidade se intensifica.

Na África, está sendo implantando o AFRICOM, um exército dos EUA que ficará permanentemente no continente. De acordo com a Casa Branca, o objetivo com esse exército é combater o terrorismo e fortalecer os “regimes democráticos” da região. Contudo, sabe-se que o AFRICOM foi projetado como força interventora para apoiar governos africanos contra movimentos progressistas e garantir o controle imperialista do



“território econômico”, do petróleo e dos grandes recursos minerais daquele continente. O Pentágono mantém forças nas Seychelles e em Djibuti (a partir dali bombardearam a Somália, país chave para os EUA). Na Ásia, contrariando o discurso “crítico” aos gastos bélicos durante sua campanha, Obama intensifica a invasão. Gasta 160 bilhões para manter a ocupação do Iraque, Afeganistão e Paquistão. A promessa de retirar as tropas do Iraque está longe de se concretizar: dos 142 mil soldados que ocupam o país, 50 mil ficarão para treinar as “forças de segurança” do país. Já no Afeganistão as tropas foram aumentadas significativamente. Desde então, aconteceram os piores massacres, com os bombardeios às províncias Farah e Kundus que mataram mais de duas mil pessoas. Na Palestina segue a ocupação e os massacres por parte de Israel (país que mais recebe financiamento militar dos EUA no mundo).

cresce a escalada de ingerência (com ilegítimas sanções econômicas) e agressão israelo-estadunidense contra a soberania de países do Oriente Médio como o Líbano, a Síria e o Irã. O falso pretexto para a invasão do Iraque - a existência de “armas de destruição em massa” que já foi desmentida até pela ONU - é hoje cinicamente repetido nas ameaças ao Irã, com o agravante da chantagem explícita de genocídio nuclear. Em fevereiro de 2010 o governo Obama ameaçou oficialmente declarar guerra ao Irã, caso este não pare com o projeto de enriquecimento de urânio (para fins pacíficos). Aqueles que hipocritamente acusam sem provas o Irã (membro do Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares e sujeito as exigências de supervisão de seu programa civil) são os mesmos que mantêm intactos grandes arsenais de ogivas nucleares operacionais.

3. A Resistência dos Povos em Luta e a Necessidade da Formação de um Bloco Internacional Anti-imperialista

Diante da crise e seus efeitos nefastos para o conjunto da classe trabalhadora, povos do mundo todo tem resistido às demissões; ao desemprego; às perdas salariais, às perdas de direitos trabalhistas e da seguridade social, da educação, da saúde; à criminalização dos movimentos populares e da pobreza; às opressões; às invasões e às

guerras. A Grécia, um dos países mais afetados pela crise (o setor industrial está em recessão desde 2005, os investimentos agrícolas diminuíram em 80,1% em 2008 e o PIB não pára de cair) teve duas greves gerais em fevereiro deste ano, convocadas pelo PAME (Frente Militante de Todos Trabalhadores) e mobilizadas por mais de 300 sindicatos. Em Portugal (5/2/2010) mais de 50 mil funcionários públicos realizaram uma greve geral, convocada pela Frente Comum dos Sindicatos da Administração Pública. Na França (também em fevereiro), operários ocuparam a sede da Total em Paris (refinaria petrolífera francesa) e lançaram um ultimato à administração, que pretende fechar as instalações até o próximo verão: ou a produção é retomada ou os trabalhadores “tomarão posse das instalações”.

Na América Latina, a manutenção da revolução cubana e as lutas populares na Venezuela, na Bolívia e no Equador, que levaram à eleição de presidentes com elas identificados e a proposta de construção do “socialismo do século XXI” (como eles chamam) faz o Império estremece diante do “fantasma”, que ele julgava morto com a queda da URSS e tentava ilhar em Cuba. Embora ainda não estejam construindo uma sociedade socialista, as lutas destes povos mostra que eles não querem mais ser subjugados ao imperialismo, e que já tomam consciência da necessidade do socialismo.

Mais do que discursos que denunciam o EUA são as ações concretas que fortalecem posições antiimperialistas que têm causado preocupações ao Império. Inspirado em Simón Bolívar, Chávez tem proposto a integração latino-americana para conquistar a segunda e definitiva independência, hoje não mais da Espanha e de Portugal e sim dos EUA. Para tanto, a principal proposta é a ALBA (Aliança Bolivariana das Américas) que hoje já integra sete países: Cuba, Venezuela, Bolívia, Equador, Nicarágua, Dominica, São Vicente e Granadinas (o ingresso de Honduras foi um dos motivos do golpe, que retirou o país da Aliança). A ALBA é um bloco que está promovendo um processo concreto de integração econômica e cultural com princípios que se baseiam no intercâmbio solidário e no desenvolvimento conjunto de requisitos necessários para a superação da dependência. Além do incremento comercial, estão em curso importantes ações conjuntas: Petrocaribe e outras empresas de

exploração e refino de petróleo; de alimentos; de manejo e preservação de águas; distribuidoras de fármacos; centros de vigilância epidemiológica; programas de educação (Universidade dos Povos do Sul; Universidade da ALBA; erradicação do analfabetismo através do método cubano *yo sí puedo*; massiva edição livros); programas de segurança comunitária; Banco da ALBA e criação da moeda SUCRE (Sistema Único de Compensação Regional), como alternativa para o subcontinente superar a dependência do dólar. Enfim, a ALBA é inspirada em alguns princípios que são pré-requisitos do socialismo: produção de riquezas de acordo com as necessidades reais dos povos; planificação mínima da economia e intercâmbio solidário que realmente busca ajudar um povo irmão e não explorá-lo.

O fantasma “socialismo” reaparece com mais força (pois Cuba sempre o manteve vivo) com as transformações reais na Venezuela: avanço da reforma agrária, urbana e educacional; estatização dos principais meios de produção; criação de novas empresas públicas; revolução democrática com a criação de Conselhos Comuns e de redes de comunicação públicas (estatais e comunitárias) pondo fim aos monopólios privados. Esse fantasma também se fortalece com o movimento de massa na Bolívia que defendeu o Governo Morales dos ataques golpistas e separatistas da direita fascista (por considerá-lo antiimperialista e promotor de reformas democráticas fundamentais para a construção das bases do socialismo). O Governo Rafael Correa no Equador é outra encarnação do espectro: a não renovação da base dos EUA em Manta (cujo contrato venceu em 2009), a auditoria da dívida externa e interna e o não pagamento de grande parte destas, a aprovação da nova Constituição, o ingresso na ALBA e no SUCRE, são exemplos de políticas avançadas que o colocam na honrosa companhia da Venezuela, Bolívia e Cuba dentro do “eixo-do-mal”.

Contudo, as experiências antiimperialistas citadas acima enfrentam diversas dificuldades. Assim como os demais países latino-americanos, estes se desenvolveram sob as bases de um capitalismo dependente. Suas forças produtivas são pouco desenvolvidas e a massa de operários industriais é relativamente pequena. Além disso, o massacre reacionário de gerações inteiras criou imensas dificuldades para o desenvolvimento da organização popular e a construção de partidos revolucionários. Dessa maneira, hoje, a luta requer a criação das condições para a superação da dependência econômica e do atraso cultural e político-organizativo, buscando criar as bases para o socialismo. Porém, elas são atualmente o que existe de mais avançado na América Latina. Tanto é que os EUA já anunciam a preparação de uma guerra contra a Venezuela; com o intuito de barrar o avanço da unidade antiimperialista latino-americana e da perspectiva de avanço para o socialismo. No Relatório de 2009 da CIA isso fica evidente: “Em países como Venezuela, Bolívia e Nicarágua, líderes populistas estão caminhando para um modelo econômico e político mais autoritário e tem se unido para rechaçar a influencia dos EEUU, seus interesses e suas políticas na região. O Presidente da Venezuela Hugo Chávez tornou-se um dos detratores principais em nível internacional contra os EEUU, denunciando o modelo democrático liberal e o capitalismo de mercado”.

Em 2008, o Governo Bush já

preparava a ofensiva hoje seguida por Obama: promoção da guerra civil e divisionismo na Bolívia; invasão do Equador por tropas colombianas que matou Raul Reyes, quatro estudantes mexicanos e outros 21 insurgentes das FARC-EP (até hoje o Equador tem suas relações rompidas com a Colômbia); e reativação da Quarta Frota. Em 2009, primeiro ano do Governo Obama, a linha seguiu a mesma. Nesse ano, vários fatos evidenciam o objetivo de controle do subcontinente. Jones Jr., assessor de Segurança Nacional de Obama, propôs ao Governo Lula uma parceria estratégica Brasil-EUA (com a participação do Império na exploração do pré-sal em troca de armas de alta tecnologia) e buscou um alinhamento do Brasil contra Chávez. Com claro apoio dos EUA, realizou-se o Golpe Militar em Honduras, após este país ter ingressado na ALBA e seu presidente Zelaya ter proposto plebiscito sobre mudança ou não da Constituição. Em 2009, ocorre ainda, o acordo de uso de sete bases colombianas pelos EUA (além das três bases estadunidenses já existentes no país), bem como, um outro acordo que anexa, na prática, a Colômbia aos EUA. O objetivo é promover uma guerra contra a Venezuela e combater as guerrilhas, principalmente, as FARC-EP e o ELN. A Colômbia vive sob a ditadura de um Estado narco-terrorista. No início de 2010, foi descoberta no país uma vala comum com 2.500 corpos de militantes assassinados pelos paramilitares e exércitos ligados ao Governo fascista de Uribe. Estima-se que há mais mil valas como estas espalhadas pelo país. Os próprios órgãos oficiais admitem que há mais de 25 mil desaparecidos políticos na Colômbia; país que é campeão do mundo em violações dos direitos humanos. A ofensiva do Império continua. Além da Colômbia e o Peru, o Chile agora deve se somar às operações contra-revolucionárias na região, com a eleição para presidente do *pinochetista* Sebastián Piñera. No Haiti, após o terremoto que destrói o país, mata cerca de 250 mil pessoas e deixa mais de um milhão de desabrigados, os EUA envia 20 mil marines e instrumentos de guerra. Nessa ocasião se efetiva a quinta e maior ocupação militar estadunidense no país. Elas vem completar a ocupação do Haiti pela MINUSTAH (Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti), cujas tropas são lideradas, vergonhosa-mente, pelo Brasil. A “Missão” tem cumprido o papel de conter as revoltas populares e limpar a área para uma ocupação escancarada do EUA, que além dos objetivos econômicos, pretende usar seu território como base de agressão à Cuba. Esta foi colocada na lista de países terroristas e está sofrendo uma intensa campanha imperialista que busca isolá-la e derrotar seu projeto socialista.

Conscientes das intenções imperialistas, lutadores da Nossa América criaram o Movimento Continental Bolivariano: um espaço de coordenação de lutas continentais e de articulação entre os diferentes movimentos e organizações revolucionárias latino-americanas. Além desta iniciativa há também a proposta de Chávez de construir a Quinta Internacional Socialista, com o objetivo de formar uma frente antiimperialista no mundo e lutar pelo socialismo. A partir da reorganização dos partidos comunistas e operários ressurgiu a Revista Comunista Internacional. Estes são espaços importantes que visam a unidade dos povos em torno do socialismo como única alternativa real à barbárie. Mais do que nunca é tempo de dizer: “proletários e povos oprimidos do mundo, uni-vos”.

O leopardoismo do Governo Lula e do PT: “Mudam tudo” para que tudo continue como está”¹

A “aprovação política” do governo Lula, registrada nas enquetes, é um fenômeno fugaz e muito semelhante à aprovação de FHC em 1998. Do mesmo modo que naquela conjuntura, estamos em um ano de eleições presidenciais no meio de uma crise internacional do capitalismo em que seus efeitos mais nefastos não apareceram **ainda** no Brasil. No entanto, os efeitos da crise (que irá se agravar muito ao longo de 2010) certamente aparecerão, pois apesar das condições excepcionalmente favoráveis para os países dependentes entre 2003 e o final de 2007 (quando houve um soluço de crescimento planetário, com aumento dos preços dos bens primários), houve uma paradoxal melhora conjuntural acompanhada de piora da vulnerabilidade externa comparada do Brasil. A política do governo Lula é fundamentalmente “mais do mesmo”. Estruturalmente é a repetição da velha política de reprodução “reciclada” do capitalismo monopolista dependente, de sua ordem social autocrática com um Estado a serviço do bloco de poder formado pelo imperialismo, os monopólios e o latifúndio; hegemonizado pelo capital financeiro que constitui o amálgama da fusão orgânica ou da associação (nos seus interesses, negócios e empresas) entre estas frações da grande burguesia. Conjunturalmente o governo Lula manteve a mesma política econômica do segundo governo de FHC: explosão da relação dívida interna/PIB (de 21,3% em 1994 para 37,5% em 2002, 47,6% em 2006, cerca de 55% hoje, o mais alto nível da história do Brasil) por causa da troca de dívida externa, de maior prazo e menos juro, por dívida interna, de prazo menor e taxas de juro mais elevada; câmbio flutuante; ajuste fiscal permanente e mega-superávits primários; juros astronômicos; queda dos salários reais nivelados por baixo; precarização do trabalho e retirada de direitos. Estes últimos aspectos (fiscal, monetária e trabalhista-social), juntamente com os superávits na balança comercial, permitiram um relativo controle da inflação; mas ao custo do reforço de estruturas de produção e padrões de inserção internacionais retrógrados e de uma ordem social apodrecida, que tendem: Aumentar a vulnerabilidade externa estrutural do país, agudizar as contradições do capitalismo dependente e reforçar as causas estruturais da gigantesca desigualdade social e degradação coletiva (miséria, desemprego, privação de direitos elementares) do povo trabalhador.

O próprio crescimento econômico tem que ser pensado em termos qualitativos: que tipo de crescimento e com que finalidade? O crescimento alcançado no governo Lula não corresponde a melhorias significativas das condições de vida do povo brasileiro; não avança um milímetro no sentido da superação da dependência do Brasil ao imperialismo e reforça a cultura da desigualdade dominante. Quando o Banco do Brasil anuncia o maior lucro da sua história é preciso questionar: Quem está pagando por esse lucro? São as grandes empresas (tal como a Votorantim que recebeu 2,6 bilhões de dólares para incorporar a Aracruz que perdeu derivativos cambiais por incompetência e ganância de lucros de seus executivos e administradores) ou as classes trabalhadoras? Estas são conduzidas a “aprovar” um governo que se legitima a partir de “bolsas-esmolas” apenas por que o presidente já foi trabalhador-sindicalista. Forja-se assim, uma identidade ilusória das classes trabalhadoras com o presidente que não corresponde à realização no âmbito das políticas econômico-sociais do seu governo. Sem dúvida, em um país como o Brasil, **a eliminação da fome, da miséria e do desemprego deve ser considerada uma prioridade máxima** na alocação dos recursos escassos do Estado. É neste sentido que Luiz Carlos Prestes formulou em 1982 uma “Proposta para a Discussão de um Programa de Soluções de Emergência Contra a Fome, a Carestia e o Desemprego” (Prestes Hoje, Codecri, RJ, 1983, pp. 77-95). A proposta de Prestes, no entanto, é abrangente e eficiente, articula as medidas de emergência para o atendimento das necessidades imediatas das massas pobres com políticas de elevação do nível de vida do proletariado, com a ampliação de direitos e garantias sociais universalizantes e volta-se para a eliminação das causas estruturais da fome, da miséria e do desemprego. Seu método liga medidas transitórias com uma estratégia socialista: ao buscar colocar as necessidades dos de baixo no centro da luta política,

incorporá-los como força organizada na luta de classes e fortalecer a hegemonia do proletariado no interior do bloco de forças sociais revolucionárias; ao proporcionar condições políticas para uma interação entre a massa menos politizada e os revolucionários organizados com formação marxista; ao visar a abertura de espaços para o surgimento de novas lideranças diretamente escolhidas pelas massas, formar quadros proletários que encarnem todo o processo de mediação entre o programa revolucionário e as preocupações imediatas das massas e os transmitam quotidianamente aos seus companheiros de trabalho. Assim concebidas, “as soluções de emergência contribuem para conscientizar e organizar as classes trabalhadoras, preparando, desta maneira, as condições necessárias para mudanças substantivas nas estruturas capitalistas e autoritárias, num sentido socialista” (Prestes, L. C. – “Proposta Para a Discussão de um Programa de Emergência...”, op. cit., p. 81).

O Programa *Fome Zero* original era avançado e criaria uma dinâmica social progressista; no entanto foi abandonado e substituído por um programa rebaixado, adaptado ao viés das “políticas compensatórias” do FMI e BM (o que levou Frei



Beto, um dos formuladores do *Fome Zero*, a romper com o governo). O conteúdo da política social do governo Lula é, no essencial, a mesma política regressiva do governo FHC. Ambos aplicaram a política neoconservadora do Banco Mundial de substituir os direitos sociais universais (emprego, saúde, educação, moradia, transporte, etc.) conquistados pelos trabalhadores no século XX como “deveres de proteção pública para todos” pela lógica perversa das “políticas focalizadas” (para os “realmente pobres”, ou “os mais indigentes entre os miseráveis”). O tecnocratismo neoconservador subordina a “questão social” a “solução da crise fiscal”, com o que sobra do pagamento da dívida e do apoio à acumulação e centralização de capital, num quadro de redução dos gastos com garantias e direitos sociais (se comparados ao patamar de décadas anteriores).

A política social do governo Lula combina a “flexibilização” e precarização do trabalho (que retira direito dos trabalhadores) com políticas “focalizadas” para acalmar e cooptar os miseráveis, com uma “compensação” (limitada e barata) diante dos efeitos da política econômica que reproduz o capitalismo dependente: baixo crescimento, pauperização, elevadas taxas de desemprego, diminuição dos salários e rendimentos populares. O programa *Bolsa Família*, peça central da política social do atual governo, não pode sequer ser considerado como de renda mínima, pois, além de não ser universal, também não é constitucional e nem seu valor atende as necessidades mínimas reais de sobrevivência das pessoas. O salário mínimo necessário do DIEESE (definido para uma família de dois adultos e duas crianças) daria uma renda mínima *per capita* quase quatro vezes maior que o valor

definido como linha de pobreza pelo “*Bolsa Família*”. O Programa serve, no entanto, como poderosa arma político-eleitoral e eficiente instrumento de manipulação ideológica. Permite um discurso “politicamente correto” na perspectiva do grande capital, que forja uma falsa consciência do que seria um “bom” governo para os trabalhadores.

A sociedade brasileira, em especial as classes trabalhadoras, foram vítimas de um estelionato eleitoral em 2002, onde a esperança de reformas significativas da sociedade brasileira foi jogada no “ralo”. Este processo político apresenta características novas na conjuntura brasileira em especial o “transformismo” do governo Lula e do PT, que propagandeando a mudança fortaleceram a continuidade e a manutenção da ordem excludente herdada de governos anteriores em uma reciclagem da velha autocracia burguesa, onde até as ilegalidades da ditadura militar são preservadas (como a lei da anistia que protege os torturadores e garante a inacessibilidade aos arquivos secretos da ditadura). O “transformismo” é um conceito de Gramsci que trata da adesão (individual ou coletiva) ao bloco dominante de lideranças e organizações políticas ligadas às “classes subalternas”, com o abandono de suas antigas posições políticas. O rápido e amplo “transformismo” de Lula e do PT (que nunca teve uma identidade socialista firme – em termos teóricos, ideológicos e programáticos – mas tinha vínculos com o movimento proletário e popular organizado e fazia oposição às políticas da direita radical) em mais um “partido da ordem” surpreendeu a maioria dos atores políticos. No entanto, desde o início da década de 1990 o núcleo dirigente do PT se lançou no projeto de chegar ao governo com a chancela da classe dominante (negociando com a direita, com o grande empresariado, com o governo dos EUA, etc.); deformando seus quadros no *ethos* da “pequena política” (pragmática, oportunista, carreirista, sem nenhum compromisso com transformações sociais profundas, não tem sequer estatura para ser reformista).

O governo de Lula trilhou, no fundamental, o mesmo caminho do governo de FHC, dando um novo fôlego a um modelo econômico que estava esgotado; perdendo a extraordinária oportunidade criada pela conjuntura internacional entre 2003-2008, que permitia a realização de uma política democrático-radical, anti-imperialista e de transformações econômico-sociais voltada para a elevação do nível de vida das massas populares. Com a nova recidiva (cíclica) da crise estrutural todos os problemas estruturais da sociedade brasileira estão agigantados. A vulnerabilidade externa aumentou o propalado “espetáculo do crescimento” (com taxas inferiores à média internacional) foi mais um capítulo da adaptação passiva e regressiva ao sistema imperialista internacional com: desnacionalização e desarticulação das cadeias produtivas, perda de dinamismo da indústria de transformação e um peso crescente na pauta de exportações de bens de baixo valor agregado.

Para além da burocratização interna do PT (enquadramento das tendências mais à esquerda pela “Articulação”, destruição dos núcleos de base e virtual eliminação dos espaços democráticos de debate, questionamento e formulação) houve um rápido amálgama espúrio entre governo, partido e os sindicatos e demais organizações de massa (transformadas em “correias de transmissão” do governo). O “patrimonialismo” ultrapassou o clientelismo e empreguismo tradicional na relação do governo com os partidos que compõem a sua base de apoio; renovaram-se as modalidades cooptação político-ideológica, como é o caso emblemático de dirigentes e funcionários do PT e da CUT (e outros setores sindicais governistas) que se tornaram uma camada social específica identificada com interesses de classe burgueses formada por administradores de fundos públicos (especialmente de bancos oficiais, com destaque para o FAT do BNDES) e fundos de pensão estatais (Previ, Petrus, Funcef).

1. Referência “atualizada” da fala de Tancredi, o personagem literário emblemático da ação das antigas classes dominantes italianas no sentido de neutralizar as potencialidades democrático-radical da revolução garibaldina, através de um acordo por cima liderado por Cavour: “se queremos que tudo continue como está é preciso que tudo mude” (Lampedusa, Giuseppe Tomasi de – O Leopardo, Record, RJ, 2000, p. 57).

O “modo petista de governar” não é significativamente distinto do PSDB e PMDB; com um pequeno diferencial de eficiência no uso funcional das políticas assistencialistas o lulismo fala para os pobres, vivencia as benesses do poder e garante mesmo a boa vida para os grandes capitais. No essencial a identidade política do PT é o mesmo dos partidos da ordem que ocuparam os governos anteriores, passando pelas mesmas equações: financiamento de campanhas pelos grandes grupos capitalistas, nepotismo e ocupação patrimonialista do Estado, relações “fisiológicas” que garantem o atendimento dos interesses permanentes e imediatos de distintas frações das classes dominantes, que repartem entre si o saque representado pela apropriação aberta dos segmentos do aparelho estatal. O capital financeiro controla o Ministério da Fazenda e o Banco Central, determina a política econômica e controla a execução do Orçamento Federal, subordinando as ações do Estado nas demais áreas. O agronegócio e os interesses exportadores apoderaram-se do Ministério da Agricultura e do Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e do Comércio Exterior; aprovaram a liberação dos transgênicos, conseguiram

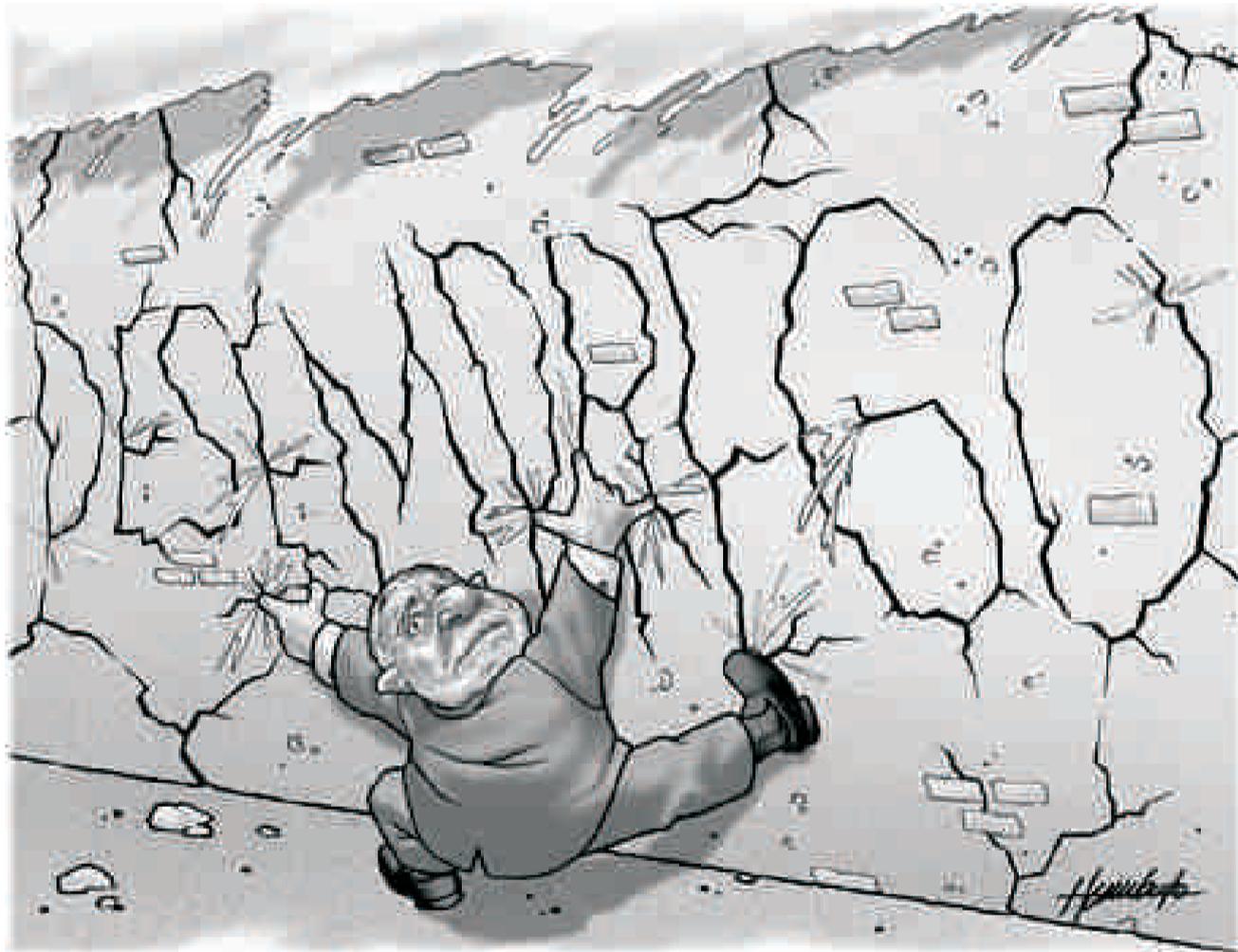
para exercer sua hegemonia para além do bloco de poder e incorporar (ainda que passivamente) os grupos e classes exploradas, oprimidas e subalternizadas; pois o capitalismo monopolista dependente (que é o único capitalismo possível no Brasil) não permite um crescimento sustentável capaz de estabilizar tal hegemonia, devido não só ao crédito caro, mas, sobretudo: às perdas internacionais, à reduzida capacidade de investimentos públicos (se forem mantidos as privatizações, os contratos e compromissos de apoio à acumulação de capital e as garantias de pagamento da dívida externa e interna), à forte concentração de renda e patrimônio e às dimensões gigantescas da miséria, degradação coletiva e demandas reprimidas do proletariado e das massas populares.

Para exemplificar este processo de acordo com o DIEESE (2010) mesmo com os aumentos reais do salário mínimo nos últimos oito anos de 53,67%, e o aumento de cerca de nove milhões de trabalhadores com carteira assinada, a média de rendimentos dos trabalhadores segue em linha decrescente. Por exemplo, em São Paulo em setembro de 1998 a média de rendimentos por trabalhador era de R\$ 1.740,00 (mil setecentos e quarenta reais) e diminuiu para R\$ 1.251,00

articulado com as contra-reformas, dá continuidade ao desmanche dos serviços públicos e ataca os direitos dos trabalhadores. O governo continua a praticar uma política monetária hiper-conservadora, patrocina uma abertura financeira incondicional, prioriza o superávit fiscal para pagar a dívida pública e defende contra-reformas. Ele incentiva a continuidade da privatização do público com as Parcerias Público-Privadas (PPPs), favorece os rentistas com a autonomia na prática do Banco Central e... “reza” para que a situação externa não prejudique a “estabilidade macroeconômica”. O PAC nunca chegou perto de ser um verdadeiro plano integrado de desenvolvimento para o Brasil, pois segue a política imposta pelo imperialismo (em consonância com as elites da burguesia nativa) de transformar o país em mera plataforma de valorização financeira internacional. Na fase atual de crise estrutural do sistema do capital, o investimento de capital produtivo está em crise profunda e por isto se desvia para os canais das transações aventureiras e especulativas. O movimento de acumulação e centralização de capital na atual fase de domínio do capital monopolista se processa, mais do que nunca, sob dominância da valorização financeira. O imperialismo arma uma nova configuração para o papel dos países dependentes na divisão internacional do trabalho, que tem características de um efetivo neocolonialismo, onde os ganhos rentistas e a expropriação “primário-exportadora” têm prioridade frente à expansão industrial. Um verdadeiro plano nacional de desenvolvimento, digno do nome, passaria, no mínimo, pela recuperação da capacidade do país de fazer política econômica. O que implica: a vontade política de reorientar a intervenção do Estado na economia, o repúdio do modelo herdado de ditadura que subordina tudo ao pagamento da dívida, a redução da vulnerabilidade externa e um planejamento democraticamente centralizado (combinado com a mobilização popular) voltado para a elevação qualitativa do nível de vida do povo.

Protestamos diante da crescente onda de **criminalização dos movimentos sociais** e do novo patamar de repressão às organizações, protestos e manifestações populares. É um insulto ao povo brasileiro - que conquistou liberdades democráticas em décadas de luta contra a ditadura - o Relatório aprovado por unanimidade no Conselho do Ministério Público do Rio Grande do Sul que estigmatiza o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) como “organização criminosa” e promove ação civil pública com vistas à “dissolução do MST e a declaração de sua ilegalidade”, exige a “desativação e remoção dos acampamentos” e ainda a “intervenção nas escolas do MST”. Segue na mesma linha a condenação à prisão por dois anos e meio de Coordenadores da Comissão Pastoral da Terra que assessoraram um protesto de dez mil trabalhadores rurais contra o INCRA na região de Marabá (PA) em 1999. Multiplicam-se casos de criminalização de movimentos legítimos dos trabalhadores e dos pobres, dos jovens e estudantes e, sobretudo, dos trabalhadores do campo e suas lideranças. Estudantes e trabalhadores das Universidades públicas que protestam contra políticas privatizantes e antidemocráticas são processados e enquadrados como “terroristas”; movimentos e organizações populares sofrem espionagem sistemática e crescente violência policial na repressão às suas manifestações; intensificam-se práticas anti-sindicais com demissão de dirigentes (desrespeitado sua estabilidade legal), multas e confisco de patrimônio em caso de greve e uso da legislação anacrônica para golpear a liberdade sindical; surgem propostas de mudanças na legislação visando criminalizar, penalizar e proibir a existência legal de associações que lutam pela transformação social. A atávica incapacidade de conviver com a democracia para os “de baixo” que reaparece nas autoridades judiciárias brasileiras, o velho trato da questão social como “caso de polícia”, está se recompondo numa nova e autocrática estratégia das forças conservadoras com forte peso estatal.

A ofensiva da direita se dá num contexto de continuidade da autocracia burguesa: o bloco de poder formado pelo imperialismo, pelos monopólios e pelo latifúndio nunca perdeu o controle do Estado ou das instituições que garantem a reprodução de sua dominação de classe, com a continuidade da estrutura econômica de capitalismo monopolista dependente e o padrão autocrático de supremacia de classe da grande burguesia na “sociedade civil”. Pior: as estruturas de repressão e espionagem da ditadura militar aberta nunca foram desmanteladas, as forças armadas não foram democratizadas e o monopólio da mídia por parte do grande capital reforçou-se (e se aperfeiçoou). As-



compensações para o câmbio valorizado e afetaram inclusive o foco da política externa, principalmente as negociações no âmbito da OMC.

As frações hegemônicas no bloco de poder da formação social brasileira são personificações do capital financeiro (integração orgânica entre o capital bancário e industrial com preponderância do primeiro), com dominância da fração imperialista (grandes bancos estrangeiros, fundos de investimento e empresas transnacionais) e os monopólios brasileiros a ela associada (na maior parte dos casos, de modo subordinado). Também muito importante no bloco dominante são as demais frações do grande capital não financeirizado organicamente (na indústria, comércio e serviços) e o latifúndio (em geral modernizado como “agronegócio”). Estes últimos e os demais segmentos exportadores do grande capital ganharam um peso maior no governo Lula do que tinham com FHC (revitalizando o bloco de poder, abalado com a crise cambial de 1999), permitindo (nas condições favoráveis da conjuntura internacional entre 2003-2008) tanto os superávits comerciais como o pagamento em dólar dos rendimentos do capital financeiro.

Com a crise as elevadas taxas de juros, a tendência de queda do dólar e os gargalos da dívida pública (que exige elevadíssimos superávits fiscais primários) vão aumentar as tensões no bloco dominante (que se mantém unido na defesa do arrocho salarial e da “desregulamentação” do mercado de trabalho). Mais importante: com o reaparecimento da crise o comando do capital financeiro terá dificuldades crescentes

(mil duzentos e cinquenta e um reais) em dezembro 2009. Já em Recife em setembro de 1998 o rendimento médio era de R\$ 929,00 (novecentos e vinte e nove reais) e reduziu-se a R\$ 795,00 (setecentos e noventa e cinco reais) em dezembro de 2009.

Do outro lado, temos o multimilionário Eike Batista comemorando o aumento da sua riqueza em 2009 que era de 7,5 bilhões dólares e passou para 27 bilhões de dólares em patrimônio, ou seja, um aumento de 19,5 bilhões de dólares em um ano, tornando-se a oitava maior fortuna do mundo, ou seja, um aumento de 260% no seu patrimônio (FSP, 10/03/2010). Estes são apenas exemplos de uma situação em que a burguesia utiliza-se autocraticamente do Estado brasileiro para garantir suas elevadas taxas de lucros em detrimento das condições de vida das classes trabalhadoras.

Esclarecemos que o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), pacote de medidas anunciado logo no início do segundo mandato de Lula, longe de significar uma virada em relação à primeira gestão demonstrou o mais medular continuísmo do modelo neoconservador que vem desde FHC. O PAC foi apresentado como expressão de uma “nova postura”: a primeira gestão teria servido para “arrumar a casa”, para no segundo governo se enfrentar a “retomada do crescimento econômico”. Na realidade, o PAC significou, antes de tudo, um “programa de atendimento aos credores” da dívida pública, uma peça de propaganda enganosa do governo e um envoltório do conjunto de sua política a serviço do capital monopolista: não garante o crescimento econômico, está

sim não se trata de uma rearticulação dos conservadores para “voltar ao poder”, mas de uma ofensiva reacionária para manter e reforçar um poder autocrático que eles nunca perderam. É nesta conjuntura de tentativa de estabilizar a outrora chamada “transição prolongada” – a qual nunca foi mais do que uma reciclagem da autocracia burguesa - que aparece toda a gravidade da conciliação de Lula com a extrema direita e seu recuo diante das pressões para neutralizar os efeitos potencialmente democratizantes do 3º Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH). A atitude de Lula significa uma gravíssima capitulação diante da ofensiva orquestrada das organizações do grande capital, dos donos da mídia, dos latifundiários (e de seu representante no Ministério da Agricultura Reinaldo Stephanes), das cúpulas das Forças Armadas e da Igreja Católica, num festival de chantagem que culminou no “golpe teatral” do Ministro da Defesa Nelson Jobim e dos três comandantes das FFAA; que teriam entregado sua renúncia no final de dezembro de 2009, recusadas pelo presidente. O plano revisado assinado por Lula em 13/01/2010 suprime o trecho que instaura uma *Comissão Nacional de Verdade* para apurar “a violação dos direitos humanos praticadas no contexto da repressão política” substituindo-a por um “grupo de trabalho” para elaborar um projeto para “examinar” o que é genericamente (in)definido como “violações dos direitos humanos”. São colocados num mesmo patamar os crimes de tortura, assassinato, ocultação de cadáveres, prisões políticas e demais crimes (toda a ordem “institucional” da ditadura era ilegal) praticados pelo **terrorismo de Estado fascista** e as vítimas destes crimes que ousaram lutar contra a ditadura. Além de tirar a responsabilidade do Estado em crimes tão graves como a tortura sistemática e institucionalizada (definidos na constituinte de 1988 como crimes hediondos, inafiançáveis e imprescritíveis); o projeto de Lula dilui o contexto histórico ao alterar o período de “exame” antes centrado na ditadura militar aberta (1964-1985) jogando seu início para 1946. Lula, seguindo seus hábitos consolidados, resolveu conciliar com as viúvas da ditadura e realizar um “acordo” indecente, que fortalece a extrema direita sacrificando a dignidade da pessoa humana no altar de uma pseudo “governabilidade”. Evidentemente este acordo põe em risco a efetivação de todas as medidas mais avançadas do 3º PNDH (encaminhado de modo honrado e democrático pelo Ministro Paulo Vanuchi, como resultado de mais de 50 conferências públicas por todo o país, com a participação direta de mais de 15 mil pessoas) que estão sob ataque dos conservadores. Além da criação da Comissão de Justiça e Verdade que poderá abrir caminho para o desnudamento do sistema de repressão e apuração dos crimes da ditadura, o 3º PNDH propõe ações para: buscar a solução dialogada de conflitos no campo, com a garantia de audiências públicas antes que um juiz decida se concede liminar de reintegração de posse de uma fazenda ocupada; a descriminalização do aborto, a garantia de direitos dos casais homoafetivos e a não ostentação de símbolos religiosos em estabelecimentos públicos; a regulação da mídia com normas para que mantenham uma linha editorial de acordo com os direitos humanos; a regulamentação e fiscalização da taxa das grandes fortunas, dos planos de saúde, da rotulagem de alimentos transgênicos e dos impactos da biotecnologia



(todas já estabelecidas por lei, mas nunca praticadas). Apoiamos também a campanha “contra a anistia aos torturadores” lançada em dezembro de 2009 pela Associação dos Juizes pela Democracia (AJD) e repudiamos a acusação de que somos movidos por “revanchismo”. Jamais pretendemos fazer a eles o que fizeram a nós. Não reivindicamos que quem assassinou deva ser morto, quem torturou deva ser seviciado, quem estuprou deva ser estuproado. Queremos justiça: entregar as famílias os restos mortais dos que foram mortos e enterrados clandestinamente, comprovar que a maioria dos militares não é conivente com as atrocidades; punir os culpados dentro da lei e livrar as Forças Armadas da influência de figuras antidemocráticas que fazem a apologia da ditadura escondem a verdade e acobertam os criminosos.

A ofensiva da direita não pode ser reduzida a uma questão de tática eleitoral, até porque ela se articula tam-

bém por dentro do Estado e do próprio governo Lula. O que está em jogo é a memória histórica nacional e a luta pela efetiva democratização do Brasil. A impunidade dos torturadores a resistência reacionária contra a efetivação concreta de direitos humanos que envolvem limites aos interesses particularistas do grande capital e do latifúndio e a defesa da liberdade pessoal e da auto-realização individual (em oposição às forças crescentemente mais destrutivas de desumanização, alienação, opressão e exploração) mostram que a ditadura e a sua lógica ainda estão presentes em nosso país.

Defendemos a realização de uma Reforma Agrária Radical; com o fim da propriedade monopolista da terra na mão dos latifundiários e garantias: de posse da terra por aqueles que nela trabalham, do acesso aos necessários meios de produção e gestão e de condições adequadas de comercialização (que

protejam tantos os trabalhadores rurais como os consumidores urbanos da espoliação dos monopólios agro-industriais e comerciais). A questão agrária na atualidade adquire um caráter complexo, tanto por sua ligação com a dinâmica industrial como pelas diferentes classes e frações de classe com interesses específicos que formam a realidade social do campo. Assim, para alguns extratos de trabalhadores, a distribuição de terras ainda é muito importante, enquanto para outros o controle público das indústrias produtoras de insumos e maquinarias constitui o problema vital. A reforma agrária é necessária, mas não é uma resposta suficiente aos problemas dos trabalhadores rurais. Os problemas dos trabalhadores agrícolas decorrem hoje mais do efetivo avanço do capitalismo do que de seu atraso. A solução para o subemprego rural só pode ser encontrada com a inserção da reforma agrária no bojo de um conjunto de medidas orientadas no sentido de eliminar a dominação (sobre a cidade e o campo) do capital monopolista. E este objetivo só poderá ser atingido pelos esforços conjuga-dos dos trabalhadores do campo e da cidade.

Lutamos pela re-nacionalização e reestatização das empresas estratégicas, como: a Petrobrás (que tem 55% do capital em mãos estrangeiras) a Vale do Rio Doce (cuja privatização foi fraudulenta e deve ser anulada), a Telebrás e a Eletrobrás (que foram esquartejadas e devem ser reconstruídas, em defesa do interesse nacional e popular de dispor de adequados sistemas de comunicação e energia). Estes complexos produtivos, dotados de elevada competência técnica e organizacional, devem tornar-se a base para um planejamento estatal (com controle democrático) capaz de garantir a soberania sobre nossos recursos naturais e um desenvolvimento socialmente justo e emancipador. O Brasil não pode continuar sendo vendido por governos inescrupulosos. Somos contra qualquer leilão que privatize nossas ricas áreas petrolíferas. Os recentes descobrimentos “camada pré-sal” do mar territorial são estimados entre 100 e 300 bilhões de barris, o que garantiria o consumo do país até 2060 e deixaria ampla margem para exportação e podem converter a Petrobrás na maior empresa energética mundial (as reservas brasileiras atuais não superam 12 bilhões de barris; as reservas estimadas de Arabia Saudita, as maiores do mundo, são de 264 bilhões de barris). O Professor Ildo Sauer da USP (ex-diretor da Petrobrás demitido por Lula) propôs a realização de um plebiscito em favor da retomada do monopólio estatal do Petróleo e da reestatização da Petrobrás. Apoiamos esta proposta e consideramos que ela deve ser estendida a uma campanha pelo monopólio estatal sobre todos os recursos naturais estratégicos e reestatização das empresas estratégicas (a serem nacionalizadas sem indenização e não recomprando as ações privatizadas).

O controle democrático dos trabalhadores sobre o planejamento democraticamente centralizado destas empresas (combinado com auto-gestão interna desde a base) será a única solução duradoura e definitiva para a garantia da soberania nacional a serviço das efetivas transformações sociais necessárias na sociedade brasileira. Medidas neste sentido têm como pré-requisito a derrota política do atual bloco de poder, a liquidação do poder dos monopólios e a destruição do Estado autocrático burguês.

A chamada “crise da sociedade do trabalho” é um modo significativamente invertido de abordar a **crise estrutural do capital** aberta no início dos anos 1970, que forma o estofa da **terceira fase do estágio imperialista-monopolista do capitalismo**. A nova fase histórica torna a capacidade de adaptação do capitalismo muito menor e o deslocamento de suas contradições cada vez mais difícil; bloqueando objetivamente o espaço das acomodações de “consenso” dentro da ordem (“pleno emprego”, “Estado de bem estar social”, etc.) eliminando as condições para reformas sérias. A crise estrutural do capital cria a **necessidade histórica e as potencialidades objetivas de uma ofensiva socialista**, mas isto ocorre em condições de **desorientação teórica e político-ideológica** do movimento proletário e popular e de **ausência de instrumentos políticos prático-organizativos adequados que poderiam transformar esta potencialidade em realidade efetiva**. Na busca de superação destes limites analisamos aqui as bases objetivas da atualidade do socialismo proletário e a particularidade concreta (com suas dificuldades específicas) do sindicalismo brasileiro.

1. Centralidade do trabalho na luta emancipatória contemporânea

Nas últimas décadas tornou-se dominante - não só entre os apologistas da ordem capitalista, mas também ente parte significativa da *intelligentsia* radical e de esquerda - a defesa de teses que formam um problemático “senso comum” em torno da **negação da centralidade da categoria trabalho** (como atividade produtiva e modelo de toda *práxis* e seu papel na estruturação objetiva das relações de produção e como “momento predominante” na produção e reprodução do homem na sociedade e da sociedade como totalidade) e a **negação do papel revolucionário do proletariado** (a classe dos trabalhadores assalariados explorados pelo capital) na luta pela emancipação humana.

Houve de fato várias mudanças no perfil e distribuição do proletariado (seja por ramos da economia, seja em termos geo-econômicos). Empiricamente, se forem examinadas as estatísticas da OIT no último meio-século, fica evidente que houve um gigantesco crescimento do proletariado

em escala mundial e em todos os continentes; algo que se mantém como tendência predominante se considerarmos variações médias relativas de cerca de dez anos (e não oscilações curtas em épocas de crise) e se não reduzirmos o proletariado aos trabalhadores manuais. O proletariado é “a classe dos assalariados modernos que, não tendo meios de produção, são obrigados a vender sua força de trabalho para sobreviver” (Nota 1 de Engels ed. de 1888 do *Manifesto Comunista*); excluindo os que por seus rendimentos elevados podem acumular capital suficiente para viver de juros e aqueles cuja função única é gestonária (definição clássica assumida por Lênin: *Observações ao Projeto de Programa de Plekhanov* do POSD russo 1902, Obras Completas v. 6); mas incluindo todos os desempregados que não se tornaram pequenos empresários (Cf. Marx - *O Capital I*, cap. XXIII sobre o “exército industrial de reserva”). O próprio **proletariado industrial produtivo** (de mercadoria, que combina trabalho concreto produtor de valor de uso e trabalho abstrato criador de valor de troca) se ampliou com a proletarização dos trabalhadores do campo e com os que integram o “trabalhador coletivo” (Cf. Id. *O Capital I*, esp. cap. XIV; e *Cap. VI Inédito*). A classe como um todo inclui ainda os trabalhadores do comércio, dos bancos e dos serviços que também **fazem parte do proletariado**, isto é, os **“trabalhadores improdutivos” para o capital em geral**, (pois não transformam a natureza produzindo e transportando mercadorias - unidade de valor de uso e valor de troca - e, portanto não produzem o “conteúdo material da riqueza social” nem incrementam a massa global de mais-valia), mas que são **produtivos para os capitalistas destes ramos**, pois permitem que eles valorizem seus capitais e participem do rateio da mais-valia (Cf. Id. *O Capital II* cap. VI e *III* cap. XVII). Nos EUA o proletariado aumentou em números absolutos de 62 milhões em 1950 para 124 milhões em 1990; ainda que no chamado “terceiro setor” houve um crescimento proporcionalmente maior (passou de 22 para 78 milhões). Se considerarmos as estatísticas sobre o período mais recente, entre 1990 e 2005, verificamos que a força de trabalho mundial passou de 1,43 para 1,93 bilhões de pessoas. Ainda que o setor de serviços aumente

proporcionalmente muito mais (e mais rápido), o emprego na indústria (em sentido amplo) vem aumentando nos últimos 50 anos em termos absolutos numa média em torno de 3% ao ano; e num ritmo em torno de 5% no chamado “terceiro mundo” (Cf. BIT - *Le Travail dans le Monde*, Genève, 1984, 1991, 1996 e 2006 e US Department of Labor, *Montly Labor Review*, 1991).

Assim com não podemos compreender as leis de movimento do modo de produção capitalista sem a categoria marxiana de “capital social total”, também é impossível compreender os múltiplos e agudos problemas do trabalho (nacionalmente diferenciado e socialmente estratificado)

sem ter presente o irreconciliável antagonismo entre o capital social total e a **“totalidade do trabalho”**. A relação capital-trabalho não é simétrica: o capital depende absolutamente do trabalho, mas a dependência do trabalho diante do capital é historicamente superável. Os **movimentos populares** e suas modalidades de luta (ecológica, feminista, de nações espoliadas e etnias

discriminadas, de jovens e estudantes, de homo-afetivos, etc.) **contra a opressão**, possuem significado relevante e positivo na busca de uma individualidade e uma sociabilidade rica de sentido humano. Mas deve-se ter presente a **centralidade das classes trabalhadoras expropriadas e exploradas** (que atravessam aqueles movimentos) nas transformações que se opõem à lógica de acumulação de capital e o **protagonismo estratégico do proletariado como um todo (tendo por “núcleo de vanguarda” o proletariado industrial produtivo)** como sujeito revolucionário na luta pela supressão do capitalismo, capaz de ser conseqüente até o fim na luta para superar o domínio do capital e estabelecer um modo viável de controle socialista da produção e reprodução social. Esteve em voga a teoria da “integração definitiva do proletariado no capitalismo organizado”. Hoje, com a crise estrutural, o capitalismo está “desorganizado”, mas persiste a “integração regressiva” de lideranças e organizações que se reclamam representantes dos trabalhadores. O proletariado pode ser temporariamente privado de uma liderança com consciência de classe, mas não pode ser “integrado” ao sistema do capital (que não pode impedir a agudização de suas contradições e antagonismos estruturais). Por isto a reorganização do movimento socialista, em oposição às lideranças oportunistas, é um desafio inevitável. O desenvolvimento do proletariado, como classe hegemônica autosuperadora, segue como princípio orientador estratégico para a revolução da nossa época. Uma **revolução do trabalho** (na medida em que as classes trabalhadoras, sob a hegemonia do proletariado, formam o sujeito coletivo das lutas emancipatórias com capacidade objetiva de estabelecer uma alternativa histórica viável ao domínio do capital) e uma **revolução no trabalho** (na medida em que deve auto-abolir o trabalho abstrato e alienado, abolir sua própria subordinação estrutural ao capital bem como a necessidade de subordinar qualquer classe por outra, instaurando uma sociedade baseada do trabalho concreto socialmente emancipado que produz coisas socialmente úteis e amplia cada vez mais o campo de liberdade da auto-atividade humana).

“deve-se ter presente a centralidade das classes trabalhadoras expropriadas e exploradas (...) nas transformações que se opõem à lógica de acumulação de capital e o protagonismo estratégico do proletariado como um todo (tendo por “núcleo de vanguarda” o proletariado industrial produtivo) como sujeito revolucionário na luta pela supressão do capitalismo”

2. A Estrutura de Sindicalismo de Estado e sua Reciclagem

A estrutura de Sindicalismo de Estado (implantado no Brasil nos anos 30, inspirado na *Carta del Lavoro* de Mussolini) é o sistema de relações que assegura a subordinação dos sindicatos (oficiais) às cúpulas do aparelho de Estado (Executivo, Judiciário ou Legislativo) tendo como base a necessidade do **reconhecimento oficial-legal do sindicato pelo Estado**. Deste fundamento - a **“investidura sindical”** por um ramo do aparelho do Estado - dependem todos os demais elementos que compõem a estrutura: **unicidade sindical obrigatória** (o Estado reconhece um sindicato único e outorga a representação dos trabalhadores sob a forma de monopólio por força de lei), a **tutela do Estado sobre a atividade reivindicativa do sindicato** (particularmente da Justiça do Trabalho, que emite sentenças aplicadas não só aos associados do sindicato, mas ao conjunto da categoria que forma sua base), as **contribuições sindicais compulsórias** (imposto sindical e outros; a “carta sindical” define a entidade que exerce legalmente esse poder tributário delegado pelo Estado). Uma estrutura sindical cuja representatividade e recursos materiais são uma outorga do Estado por força de lei (coesionado por uma ideologia legalista que estimula o “fetichismo do Estado”) gera um aparelho sindical integrado ao Estado e separado dos trabalhadores (Cf. A. Boito Jr. - *O Sindicalismo de Estado no Brasil, passim*).

Marx e Engels em sua luta contra o “bismarkismo” de Lassale e depois Lênin e Rosa Luxemburg nas polêmicas contra o “revisionismo” demonstraram que certo tipo de sindicalismo desempenha funções conservadoras; mas que a **unidade sindicalismo-revolução é possível** e indicaram os meios pelas quais ela pode se dar: 1) como meio de acumulação de forças, base para o crescimento da organização política independente do proletariado e o desenvolvimento massivo de sua consciência de classe; 2) contribuir para o desencadeamento de crises revolucionárias; 3) integrar as massas na luta pelo poder de Estado, utilizando seus meios típicos de luta (greves) como instrumento de apoio de uma insurreição. Já a **função do sindicalismo de Estado é sempre** (a despeito de suas variações conjunturais) **manter a hegemonia burguesa sobre o movimento sindical inviabilizando um sindicalismo classista**. No caso brasileiro favorece a manutenção da ordem capitalista autocrática e permanentemente dependente: 1) Ao contrário dos movimentos sindicais autônomos (onde a separação entre sindicalismo e socialismo é apenas uma possibilidade) a estrutura sindical tutelada mantém de modo necessário e inevitável a separação entre a luta sindical e a luta revolucionária. 2) Submete o movimento sindical aos interesses que tem hegemonia no bloco de poder (embora este limite não seja intransponível, o “sindicalismo oficial de oposição” fica dependente das fissuras entre os interesses de fração dos diversos setores burgueses, sem sair do terreno do interesse geral do bloco dominante). 3) Debilita a ação sindical reivindicativa que fica aquém do “tradeunionismo tradicional” (um sindicalismo sob hegemonia burguesa, mas com maior eficácia na luta reivindicativa). O sindicalismo integrado ao aparelho de Estado implica uma profunda **desorganização da luta reivindicativa dos trabalhadores** por melhores salários e melhores condições de trabalho. O sindicalismo de Estado é um sistema que intervém para manter os trabalhadores dispersos e desorganizados, **seleciona dirigentes sindicais gornistas e aburguesados** e torna a **luta sindical “moderada” e a reboque das empresas monopolistas** (gerando um **sindicalismo frágil** mesmo para os padrões latino-americanos).

O sindicalismo de Estado original foi destruído com a derrota do nazi-fascismo e depois com o fim das ditaduras de Franco e Salazar. Seu equivalente na América Latina, implantado por governos “populistas, tornou-se ferramentas das ditaduras e foram sendo eliminadas com o seu refluxo. No Brasil, a supressão pela Constituinte de 1988 do *modelo ditatorial de gestão e controle governamental sobre os sindicatos oficiais* (com seu repressivo e pormenorizado estatuto padrão) não eliminou, mas ao contrário (devido à ação do “Centrão”, com a colaboração de Roberto Freire e do PCdoB) **preservou (ainda que reformada) a velha estrutura do sindicalismo de Estado e seus elementos centrais**. O Brasil não ratificou Convenção 87 da OIT (que trata a plena liberdade sindical como direito humano fundamental e determina a proteção contra práticas anti-sindicais) e a Constituinte manteve (art. 8º) a necessidade de reconhecimento do Sindicato pelo Estado e os “impostos sindicais”; preservou (art. 111 a 114) a estrutura da Justiça do Trabalho e sua tutela sobre o movimento sindical. Florestan Fernandes, então deputado constituinte, fez uma análise precisa da questão: “o § 3º do art. 9º do novo projeto de constituição restringe a liberdade sindical proclamada (...) a unicidade sindical corre pelo leito de uma conciliação arraigada (...) o empresariado logrou um triunfo enquanto a CUT perdia sua maior batalha na Constituinte. O 'novo sindicalismo' e a revolução democrática sofreram um revés; as correntes que vêm do passado venceram”. Contra este projeto Florestan propôs: “Dê-se nova redação ao art. 9º da Constituição: 'É livre a associação profissional ou sindical em todos os níveis; a aquisição da personalidade jurídica de direito privado se dará mediante registro em cartório; §1º a lei não poderá exigir a autorização do Estado para a fundação de sindicato; § 2º é vedada ao Poder Público qualquer interferência na organização sindical (...)'” (Fernandes, F. - *Sindicato Único e Pluralidade Sindical*, In: *Jornal do Brasil*, 02/11/1987).

3. A Degeneração da CUT e a Contra-Reforma Sindical e Trabalhista do Governo Lula

O movimento que criou a CUT foi gerado num contexto de crise da ditadura e ressurgimento das greves de massa (organizadas e dirigidas por fora dos sindicatos oficiais a partir da participação militante dos operários no local de trabalho). Sem respeitar o “calendário de datas-base”, surgem greves simultâneas em São Paulo e no ABC, atemorizando a burguesia que a possibilidade de uma “greve geral por contágio da base”) atendeu as reivindicações. O momento mais crítico da crise da ditadura coincidiu com a reorganização do movimento operário em 1978; quando as correntes anti-pelegas articuladas no ENTOES propuseram a organização imediata de uma Central de Trabalhadores para unificar nacionalmente o movimento e romper com a estrutura do sindicalismo de Estado. O governo Figueiredo realizou a “abertura sindical” que liberalizava o controle do Estado sobre os sindicatos, mudou a política salarial para conter a onda grevista e decidiu negociar só com as diretorias de sindicatos oficiais; buscando reciclar os pelegos para “disciplinar” e boicotar por dentro o movimento. O grupo majoritário do novo sindicalismo, preso à ideologia da legalidade sindical, se desviou da luta conseqüente pela autonomia sindical: derrotou a ala esquerda e abandonou a proposta de realização de um Congresso Sindical sem os pelegos. O I CONCLAT só se realizou quatro anos depois em 1981 e só formam a CUT em 1983, quando após muita vacilação “racham” com os pelegos que vinham conseguindo protelar sua criação. A ditadura ganhou tempo para levar adiante sua auto-reforma que desemboca no “tacredismo”, usando os pelegos para bloquear a unificação, na base e no topo, de um movimento sindical de massas.

O campo majoritário na direção da CUT - apesar de proclamar a intenção de romper com o modelo de organização sindical vigente; defendendo a liberdade sindical e a oposição à unicidade, ao imposto, à tutela da Justiça do trabalho - na prática negava o que este discurso afirmava e caminhava para integrar-se ao sindicato oficial. No Congresso de Fundação (1983) derrotou as propostas que previam alguns tipos de filiação à CUT por fora da estrutura sindical oficial. O III CONCURT, em 1988, reforça essa integração ao diminuir o peso das oposições sindicais. Ainda assim o I CONCURT, em 1984 aprova o documento *Por Uma Nova Estrutura Sindical*, em que defende a revogação dos artigos da CLT sobre a unicidade e os impostos sindicais. **A CUT seguiu como uma Central combativa nos anos 80**, apesar de permanecer mais como uma “referência” e **não como uma direção efetiva dos trabalhadores**. Bloqueada na base pelo efeito dispersivo da estrutura sindical oficial (que “para na porta das empresas”) a CUT **não conseguiu alcançar uma ampla e efetiva organização nos locais de trabalho, condição para um sindicalismo efetivamente enraizado nas massas**. A virada a direita começa no III CONCURT, que realiza mudanças estatutárias limitando a participação da base e cria uma estrutura verticalizada, burocrática. Esta virada se consolida no IV CONCURT (1991): limitou ainda mais a democracia interna e filiou a CUT à CIOSL, central internacional que pratica o “sindicalismo de negócios” e defende posições conservadoras e pró-imperialistas (apoiou golpes e ditaduras militares e várias guerras de agressão deflagradas pelo imperialismo). Nos anos 90

a CUT passou a receber dinheiro do FAT, substituiu a formação política pela formação profissional (função dos patrões); abandonou a luta direta dos trabalhadores para privilegiar a participação nas câmaras setoriais e fóruns tripartites, legitimando o processo de retirada de direitos dos trabalhadores. **A CUT tornou-se parte da estrutura do sindicalismo de Estado**. A manipulação política da distribuição de cartas sindicais pelos governos da “Nova República” faz parte da lógica de funcionamento da estrutura sindical: preservou o sindicalismo de conciliação de classe, mantendo inclusive a força do velho peleguismo, que continua com uma amplitude e presença nacional que não teria se o país vivesse plena liberdade sindical. Esta integração perverteu o “novo sindicalismo cutista”, cujas correntes majoritárias vergaram aos efeitos políticos e ideológicos que incidem sobre as forças que se acomodam nos sindicatos oficiais: burocratismo, legalismo, descrença na capacidade de auto-organização dos trabalhadores; falta de estratégia classista e adoção das táticas defensivas (economicistas e fragmentadas corporativamente) do sindicalismo de negócios (chamadas com eufemismo “de resultados” ou “propositivo”). A CUT divulgou documentos considerando “inevitável” a “reestruturação produtiva”: os mitos da “flexibilização” e “desregulamentação”, que na realidade significam desemprego e uma implacável precarização da força de trabalho. A prática dos anos 90 mostrou que ser “propositivo” significa disposição de entregar direitos.

O processo de degeneração política e ideológica da CUT não pode ser entendido sem levar em consideração o “transformismo” do partido que a dirige. Com a chegada do PT ao governo federal a cooptação transformou-se em promiscuidade: a CUT se transformou num “ministério do governo Lula”. A CUT apoiou a 2ª Reforma da Previdência, opondo-se a greve convocada pelas entidades dos servidores públicos. Foi emblemática a intervenção de Lula em 2003 impondo a eleição de Marinho para presidente da CUT, personagem que em 2005 é cooptado para *Ministro do Trabalho*. Diante da crise atual, a CUT, depois de embarcar no discurso lulista que a reduz a “marolinha”, passou a apoiar a doação de dinheiro público para salvar grandes empresários, além de aceitar a redução de salários imposta pelos patrões. A CUT se aproxima da Força Sindical e participa em conjunto com ela do FNT, fórum tripartite criado pelo governo Lula em 2003 para “produzir consensos” entre três “bancadas” (entidades patronais, sindicatos de trabalhadores e governo) sobre as “reformas” sindical e trabalhista. O FNT propõe uma reforma sindical que altera os artigos 8º e 11º da Constituição, os substituindo por 238 artigos. No *Anteprojeto de Lei sobre as Relações Sindicais* o governo Lula acolhe o pacote de 238 artigos, conveniente cortina de fumaça para **revitalizar a velha estrutura do sindicalismo de Estado**. Se a intenção fosse, como é declarada pelo então ministro Berzoini, “rever o sistema corporativo que remonta à década de 30” (PEC 369/2005) bastariam para realizar uma **reforma sindical radical** dois ou três artigos claros **garantindo** a proteção dos trabalhadores contra práticas anti-sindicais e **eliminando**: a **obrigatoriedade da autorização do Estado** para o funcionamento do sindicato; a **unicidade sindical** (permitindo aos trabalhadores a decisão soberana sobre qual sindicato

os representa e sobre as normas que regem o funcionamento de suas organizações; a organização fora das “entidades de carimbo” controlada pelos pelegos), os *impostos sindicais* (sendo os sindicatos sustentados pela contribuição associativa voluntária, controlada pelos próprios trabalhadores, extinguindo os recursos que garantem os “sindicatos de gaveta”), o *poder da Justiça do Trabalho de criminalizar as greves* (garantindo o direito de greve com a extinção dos *juizamentos sobre as greves* e da *arbitragem judicial obrigatória*, que mesmo quando julga dissídios favoravelmente aos trabalhadores para encurtar a greve costuma revogá-los quando o sindicato patronal recorre da sentença).

Ao contrário, o Anteprojeto do governo Lula propõe uma efetiva **contra-reforma sindical** (cuja tramitação no Congresso foi suspensa, mas continua orientando mediadas provisórias e negociações com as Centrais, pelas quais ela vem se realizando “em fatias”). Ela mantém e renova mecanismos que o Estado dispõe para controlar o movimento sindical mediante a cooptação - material e ideológica - de suas direções com o objetivo de reduzir as lutas e impedir sua autonomia; de modo a dificultar as mobilizações e a construção de um projeto (democrático-popular, anti-imperialista e socialista) alternativo ao bloco dominante. É típico do *transformismo lulista* um discurso que dissimula o conteúdo da contra-reforma do Estado: o máximo de apoio à acumulação de capital e o mínimo de controle público sobre a propriedade, o máximo de controle sobre o trabalho e o mínimo de direitos. Assim, fingindo ter por alvo a eliminação do imposto sindical o projeto do governo cria uma “Contribuição de Negociação Coletiva” compulsória anual (que pode atingir até 13% de um salário, quatro vezes mais que o imposto sindical que é de 3,3%) cujo objetivo é a verticalização das Centrais (que não recebiam diretamente o imposto e agora ficam com 10%). Mas o velho imposto sindical não foi extinto: o governo negociou com as Centrais uma lei de reconhecimento que estabelece critérios de representatividade provisórios e repassa para elas 10% do imposto (PL 1990/07, aprovado em março de 2008). Dizendo buscar fortalecer a representatividade dos sindicatos e o fim das “entidades de carimbo”; o projeto propõe critérios de registro, financiamento e representatividade que pressionam sindicatos a se filiarem as Centrais; concentrando poderes de negociação a que são subordinados ações e acordos dos sindicatos de base; que são enfraquecidos enquanto se fortalece a burocracia sindical, facilitando os conchavos de cúpula. O princípio da unicidade sindical é mantido com o nome de “exclusividade de representatividade” para sindicatos que já possuem registro. Dentro da lógica da verticalização a liberdade de organização sindical é ainda mais restringida, com o critério de “representação derivada” que permite às Centrais criar sindicatos onde não houver entidades com a “exclusividade”,



mas impede “sindicatos sem centrais sindicais” (invertendo a lógica de construção pela base do sindicalismo anti-pelego). A peça chave do projeto é a **“negociação coletiva” hierarquizada** que centraliza poder nas cúpulas sindicais nacionais; num sistema em que as convenções trabalhistas e contratos coletivos de maior abrangência têm cláusulas que não podem ser alteradas nos níveis inferiores (entidades estaduais e municipais); criando o mecanismo ideal para a legitimação de uma **contra-reforma trabalhista** que retire direitos dos trabalhadores (além de forçar contratos em condições rebaixadas no varejo). Por trás de uma retórica democrática que diz pretender assegurar o “direito de greve”, o projeto amplia as dificuldades para o reconhecimento legal do uso da greve e legaliza a criminalização das práticas de mobilização dos trabalhadores e luta contra o capital. Por trás da retórica da modernização da função da justiça do trabalho, o projeto propõe que ela passe a julgar a greve (que é transformada em crime) e não as reivindicações. A despeito do discurso de Lula - que iniciou o debate no FNT sobre a reforma sindical alegando primeiro “fortalecer os sindicatos” para depois realizar a reforma trabalhista - esta vem sendo realizada sutilmente e sem debate. Trata-se é claro da **continuidade da contra-reforma trabalhista** de FHC, pois Lula segue “flexibilizando” direitos: o *Contrato de Primeiro Emprego* e a *Lei do Super Simples* impõe perdas materiais (eliminação de direitos) e tem o efeito ideológico de estimular a divisão de trabalhadores, criando “cidadãos de segunda classe”. A *Super-Receita* (Lei 1457/07) cria a “pejotização”, que elimina a fiscalização dos auditores da RF sobre os reais vínculos empregatícios entre empresas que contratam os serviços e os indivíduos que se apresentam como pessoa jurídica (“pj”); uma fraude no pagamento de direitos trabalhistas e encargos sociais. O PAC, desrespeitando acordos já celebrados com setores do funcionalismo, restringe, por 10 anos, o aumento salarial à variação da inflação mais 1,5%. O PLC 92/07 ameaça o serviço público ao criar “fundações públicas de direito privado” em áreas que devem ser responsabilidade do Estado - saúde, educação, assistência social, cultura, ciência e tecnologia, meio-ambiente, comunicação social, etc. - que poderão contratar funcionários segundo as regras do setor privado. Já está em pauta uma 3ª Reforma da Previdência, que propõe novo aumento do tempo de contribuição e da idade mínima para aposentadoria.

6. Central das Classes Trabalhadoras e Coordenação de Lutas Populares

No campo da oposição de esquerda não se construiu ainda uma alternativa política relevante ao lulismo, nem mesmo um pólo com capacidade de convocação de massa. A elevação do nível de organização, mobilização e consciência do movimento proletário e popular brasileiro – com a formação de um sujeito político coletivo capaz de impulsionar as transformações sociais – passam, hoje, pela formação de um consenso mínimo: sobre a natureza e limites do governo Lula; e sobre os objetivos programáticos que devem ser perseguidos pelas forças que compõem este campo. A reconstrução de uma oposição de esquerda mais vigorosa, aguerrida e identificada com o socialismo, passa pela revitalização dos movimentos populares, pela reconstrução do sindicalismo e pela unidade da esquerda (as forças que lutam pelo socialismo e não se deixaram cooptar pelo bloco de poder dos monopólios). Passa também pelo surgimento de novas lideranças em substituição aos oportunistas identificados com a conciliação de classe.

A aproximação entre Conlutas e Intersindical – promotoras (ao lado do MST e das pastorais sociais) em março de 2007 do *Fórum Nacional de Mobilizações Contra as Reformas* chegando no Seminário de novembro de 2009 à convocação deste CONCLAT (Congresso da Classe Trabalhadora) – forma um importante campo de resistência, mas certamente ainda com fraco enraizamento e capacidade de direção das classes trabalhadoras. Durante o ano de 2009 debatemos sobre o caráter da nova Central sem chegar a um acordo. Os debates se polarizaram principalmente nas divergências acerca de construir uma *central sindical ou sindical e popular*. A questão deve ser examinada a luz de uma reflexão mais ampla, tendo em mente as novas necessidades organizativas da fase de crise estrutural do capital, mencionada na abertura da Parte III de nossa Tese, seguida pela análise da centralidade do trabalho em relação aos movimentos populares e organizações setoriais. Se pensarmos tal centralidade em termos do complexo de organizações de luta socialista e contra todas as formas de opressão exploração (partidos proletários, sindicatos, movimentos e organizações populares/setoriais), a questão deve ser posta em termos de sua **reestruturação** de modo que eles **complementem e intensifiquem a eficácia um dos outros**.

1) Esta reestruturação não pode sucumbir à visão pós-moderna (fragmentadora e subjetivista) que vê o real construído pelo “discurso” (embora ninguém explique o que isto significa) e baseia-se nas “diferenças de identidade”. Ao contrário é necessário partir da “unidade na diferença” (Marx) em que a **identidade de interesses comuns** deve ser **organizada em instrumentos políticos**. Porém, para articular de modo adequado esta unidade deve-se ter clareza da necessidade de **várias instituições autônomas entre si**, organizadas de modo a desempenhar adequadamente suas **distintas funções e tarefas**. Segue válida a distinção leninista entre as estruturas organizativas (com independência recíproca) de sindicatos de trabalhadores e de partidos (mesmo revolucionários de vanguarda) e entre eles e o Estado (mesmo

o Estado operário), garantindo a **plena autonomia organizativa**, mas buscando também a “ligação” entre as organizações de luta pelo socialismo (Cf. esp. Lênin – “Sobre os Sindicatos, o Momento Atual e os Erros de Trotsky” 1920; “Mais Uma vez Sobre os Sindicatos e os Erros dos Camaradas Trotsky e Bukharin” 1921, OC, 42). No caso concreto do Brasil de hoje, consideramos que a aparente antítese entre central sindical *versus* central sindical e popular, não deve inviabilizar o caminho da unidade entre as forças aglutinadas na Intersindical e na Conlutas; pois **ambas são necessárias**. No entanto, a unidade real só será alcançada (e só será duradoura) com uma resolução que supere as unilateralidades e confusões. Trata-se de **entidades diferentes**. A) **Central das Classes Trabalhadoras**: classista e combativa; independente dos patrões, do Estado e das igrejas; com uma democracia construída pela base e organizativamente autônoma em relação aos partidos políticos; que organize os trabalhadores do campo e da cidade, do setor privado e do setor público, bem como “formalizados” e “precarizados”. B) **Coordenação Nacional de Lutas Populares**: com as mesmas características de combatividade, autonomia e democracia, **reunindo o movimento das classes trabalhadoras e os demais movimentos populares**; isto é, não só os sindicatos e outras organizações das classes trabalhadoras (camponeses, soldados, terceirizados, desempregados, camelôs, etc.), como também: organizações ecológicas; de estudantes e de jovens; de “sem-teto”, “moradores”, “mutuários” e “meninos e meninas de rua”; de luta contra o racismo, o machismo, o patriarcalismo e a homofobia; de índios e povos originários; movimentos em defesa da cultura nacional e popular, contra as privatizações, de pequenos proprietários urbanos e rurais contrários aos monopólios e ao latifúndio; etc. É certo que os estudantes e pequenos proprietários não podem decidir como os trabalhadores vão se organizar, ou deliberar sobre a deflagração de uma greve; nem os sindicalistas querem definir como o MST ou MTST devem organizar assentamentos e ocupações. Por outro lado a solução radical dos problemas brasileiros não será alcançada “sem a participação efetiva dos movimentos populares organizados e unificados em torno de um programa de transformações capazes de imprimir um novo rumo à política do Estado. Um rumo que tenha por objetivo contemplar os interesses da maioria e não os de grupos privilegiados, incluindo setores da própria classe operária, movidos muitas vezes por interesses corporativos” (Anita Prestes - [Luiz Carlos Prestes e Luiz Inácio da Silva \(Lula\): duas grandes lideranças X duas opções políticas opostas](#), fev. 2006). O próprio proletariado (que no Brasil ultrapassa 60% da PEA) é profundamente heterogêneo. A alternativa hegemônica do trabalho não vencerá sem a plena solidariedade (um valor socialista vital) com seus mais diversos setores; inclusive os desempregados (e não só por um imperativo ético, mas também pela força adicional que a mobilização de milhões de desempregados oferece ao movimento). Trata-se de superar o corporativismo e enfrentar o difícil desafio de construir uma **central de trabalhadores** capaz de superar as dificuldades decorrentes da

divisão sócio-alienada do trabalho sob o capital, articulando e unificando os vários estratos que compõem as classes trabalhadoras; e de criar uma **coordenação de lutas populares** que ligue e organize a luta de todas as organizações de massa que se opõem ao bloco de poder dominante no Brasil.

2) Na questão da **Liberdade e Autonomia** é uma tarefa central das forças empenhadas na **Reorganização do Movimento das Classes Trabalhadoras** que procuram unir a luta sindical à luta pelo socialismo, **elaborar táticas de luta adequadas contra a estrutura de sindicalis-**

mo de Estado. Não basta a (correta) denúncia das Centrais pelegas e de como a CUT se transformou numa agente da política do Estado autocrático burguês de criar uma burocracia estatal no seio da classe trabalhadora. É necessário ter claro que o problema não se limita ao controle visivelmente externo do Estado; pois o sistema vigente tornou a integração ao Estado burguês algo inscrito na própria estrutura organizativa interna dos sindicatos oficiais. A liberdade sindical exige a extinção do sindicato oficial. Isto não será uma concessão do Estado burguês; será necessário que o **movimento nacional de reorganização** assuma **na prática e sem ambigüidades** a luta contra o sindicalismo de Estado. O processo deve combinar uma **adequada concepção de construção da Central (objetivada em seus estatutos)** que, além da coerente recusa dos famigerados impostos sindicais, promova a participação efetiva da base (inclusive das oposições sindicais e de sindicatos e associações não oficiais), com a **reconstrução do movimento pela base**, organizado nos locais de trabalho, para além da fragmentação compulsória dos trabalhadores em categorias profissionais.

3) Os sindicatos devem ser independentes dos partidos, mas não podem ser neutros politicamente (pois a despolitização só serve para reforçar a influência burguesa sobre os trabalhadores). Há uma racionalidade classista: a construção da unidade nas greves e lutas reivindicativas não exclui o necessário debate das divergências políticas; mesmo na questão relativa à como se deve lutar para conseguir conquistas e melhorias dentro da ordem. Hoje a **Central das Classes Trabalhadoras** e a **Coordenação de Lutas Populares** (e não só os partidos de esquerda) devem assumir um **programa de profundas transformações sociais que combine soluções para as necessidades emergenciais mais sentidas do povo trabalhador com a acumulação de forças na formação de um bloco proletário e popular organizado e mobilizado em torno de um projeto com um horizonte socialista** (e não fique amarrado às ilusões da conciliação de classes e à administração da crise do capital). O fundamental é ter claro que **partidos e sindicatos das classes trabalhadoras devem ser combativos nos terrenos econômico e político ao mesmo tempo**. A questão ficou obscurecida por práticas equivocadas em países em transição para o socialismo (em que os sindicatos foram muitas vezes degradados à condição de “correia de transmissão” da propaganda oficial), pelo aparelhismo oportunista realizado inclusive por partidos de esquerda, pelo cretinismo eleitoral e, mais recentemente em nosso país, pela promiscuidade entre a CUT-PT-Estado. Na realidade foi o Estado burguês que sempre buscou tornar ilegal a ação política dos sindicatos, buscando tolher o imenso potencial combativo dos trabalhadores; além de pressionar os partidos proletários e populares a se restringir à ação eleitoral e parlamentar. O próprio PT afastou-se, já ao final dos anos 80, de uma atuação militante nas fábricas e no movimento sindical combativo real; o sindicalismo oficial induz ao apartidarismo (forma enviesada de manifestação do estatismo).

4) A crise estrutural recoloca a questão da difícil e imprescindível articulação entre **interesses imediatos** e a **necessidade estratégica de uma ofensiva socialista**. É certo que a crise confronta os trabalhadores com problemas imediatos angustiantes: desemprego, aumento da exploração e aceleração dos ritmos de trabalho, arrocho salarial e retirada de direitos sociais, ataque às liberdades e direitos políticos conquistados. O movimento proletário não pode se contentar em opor à crise a mera proclamação da necessidade de uma luta anti-capitalista: não há melhor meio para desencadear este combate geral do que algumas lutas parciais bem sucedidas, que demonstrem na prática que os trabalhadores podem defender seus empregos, seus salários, seus direitos conquistados e ainda impor aos de cima novos direitos e o atendimento de suas reivindicações mais sentidas. No entanto, todo sucesso em um combate defensivo será frágil e provisório e, na medida em que continuarmos no capitalismo, a lógica do capital em crise estrutural se imporá contra os trabalhadores, com a perversidade redobrada de um período de desemprego massivo e tendência à depressão econômica crônica. Por isto **toda luta defensiva deve se integrar numa estratégia revolucionária socialista totalizante**, que permita tornar cumulativas as vitórias parciais, e ligue efetivamente a mobilização dos trabalhadores por reivindicações transitórias ao combate às causas fundamentais da exploração e opressão que nos atinge.





EM DEFESA DA REVOLUÇÃO CUBANA

“Diante das revoluções burguesas em atraso, a revolução em avanço provém do socialismo, o que quer dizer que temos que estudar Cuba se pretendemos desvendar o futuro e conhecer a história em ritmos fortes, que se abre para frente e assinala uma 'nova época de civilização' no solo histórico da América Latina”.

Florestan Fernandes

A Revolução Cubana - que conquistou o poder em 1959 e já celebra 52 anos de existência - é uma grande conquista histórica da humanidade. Ela se distingue como um momento decisivo na história da América Latina e bem poderá ser considerado, por historiadores do futuro, como o maior acontecimento do século XX no continente americano. O economista brasileiro Francisco de Oliveira - inspirado no título da *opus magna* do escritor cubano Alejo Carpentier, “O Século das Luzes” - chega a propor “chamar o século XX nas Américas de 'O Século de Cuba'”, pois, “nenhum outro acontecimento marcou tanto esse nosso século, nestas terras americanas, quanto a revolução cubana, o movimento político que levou um pequenino país, a 'Pérola das Antilhas', a libertar-se da tutela americana e do sistema capitalista, inaugurando nas Américas uma nova era histórica, em seu trânsito para o socialismo” (Oliveira, Francisco de - “Prefácio”, in: Werthein, Jorge e Carnoy, Martin - Cuba: Mudança Econômica e Reforma Educacional 1955-1974, Brasiliense, S.P., 1984, p.8).

A revolução cubana rompeu um elo fundamental (onde as contradições eram mais agudas) da gaiola de ferro que aprisiona nas malhas do capitalismo dependente mesmo os países mais “ricos” e “avançados” da América Latina e Caribe. Em nosso subcontinente, a transformação capitalista por via autocrática, permanentemente dependente do imperialismo e presa nos dilemas da “espiral viciosa” do “desenvolvimento do subdesenvolvimento”, com a apropriação dual dos excedentes econômicos nacionais a parte do leão é drenada para fora e abocanhada pelas burguesias “centrais” formou padrões de dominação burguesa especialmente iníquos, baseado: na espoliação nacional sistemática, na expropriação e degradação das massas populares, na super-exploração do proletariado e na exclusão cruel da maioria do povo dos direitos democráticos e garantias sociais mais elementares.

Marx expôs e criticou a decadência ideológica e política burguesa e de seus partidos após a tomada do poder pela



burguesia e da experiência crucial de medir-se com a pressão democrático-radical do proletariado na revolução de 1848 (Cf. O 18 Brumário de Luiz Bonaparte e o Prefácio à 2ª ed. do Livro I de O Capital). Lenin, no seu célebre ensaio sobre *O Imperialismo*, apanha os principais traços da virada reacionária e parasitária da consciência social burguesa na época de domínio do capital financeiro no capitalismo monopolista. No entanto, os teóricos clássicos do comunismo só puderam descrever os sintomas iniciais de contradições que se tornariam muito mais agudas e dramáticas com as sucessivas crises do capitalismo monopolista em confronto com as grandes revoluções proletárias e populares. Na América Latina, como caso extremo do que acontece em outros rincões da periferia do mundo capitalista, as burguesias nativas e suas “*elites criolas*” desenvolveram uma consciência de classe particularmente miserável e mistificadora, em níveis desconhecidos nos “países centrais”. Não viveram e jamais viverão o “momento glorioso” das revoluções burguesas clássicas, que encadeou a revolução industrial à revolução democrática e nacional. Cheios de presunção, hipocrisia, mesquinhez e ignorância as elites burguesas nativas se agarraram nos seus superprivilégios e sacrificaram qualquer radicalismo burguês no altar

fascistóide da “segurança e desenvolvimento”; abrindo as veias de nossas nações ao vampirismo neocolonialista e imperialista. O veredito da literatura realista (de Machado de Assis a Gabriel Garcia Marquez) é reforçado pela repulsa dos povos através do epigrama condenatório: “submissos em relação aos de cima, tirânicos em relação aos de baixo”.

Em contraposição, a Revolução Cubana, mostra na prática como um movimento de libertação nacional especificamente revolucionário pode ultrapassar rapidamente o horizonte da consciência burguesa e identificar-se com as necessidades históricas do proletariado; e como a partir da necessidade de romper com o capitalismo para superar a dominação imperialista ela se lança para frente, ininterruptamente, enlaçando revolução popular com revolução proletária socialista. Em uma sociedade capitalista dependente “não havia como levar a revolução adiante dentro do capitalismo; ela deslocou e esmagou a burguesia, nacional e estrangeira, porque para libertar a nação e para criar um Estado democrático soberano, ela tinha que converter-se em uma revolução contra a ordem, ou seja, anticapitalista” (Fernandes, Florestan - *Da Guerrilha ao Socialismo: A Revolução Cubana*, T.A. Queiroz Editor, S.P., 1979, p. 10).

O significado universal da Revolução Cubana

“O significado universal da revolução cubana reside na sua grande afinidade com as aspirações de todos aqueles que pretendem se libertar das restrições paralisantes da ordem social do capital”.

István Mészáros

A compreensão adequada dos processos revolucionários atuais exige a fusão da objetividade científica buscando uma escrupulosa fidelidade ao movimento da realidade existente em si (no caso, o processo histórico revolucionário, como totalidade complexa, aberta, viva, em movimento) com a ótica humanista-concreta do socialismo, fundamental para que a ciência incorpore em si os objetivos de auto-emancipação humana e os valores que dão sentido ao socialismo revolucionário. Assim poderemos avaliar objetivamente o quanto estes objetivos se realizaram no vir-a-ser histórico (distinguindo o real e o possível que estão entrelaçados na construção da história concreta). Poderemos também conhecer, entender, amar e participar da Revolução Cubana não como uma “revolução dos outros” (“a revolução dos cubanos”), mas como história em processo que é a nossa própria história. Cuba abriu o caminho das grandes revoluções proletárias deste século na América Latina. Com isto modificou nossa história e as possibilidades dos movimentos de emancipação nacional e de



transformação democrático-radical e socialista na América Latina. Ao mudar a situação histórica preexistente, a Revolução Cubana deixou aberta novas portas e novas vias para estes movimentos. Não forjou um “modelo” (extrapolação arbitrária de experiências históricas para organizações sócio-econômicas diferentes); nem alimentou “utopias” (idéias de uma

“sociedade perfeita pré-fabricada”, desvinculada da sociedade concreta em que se vive e projetada para um futuro ao qual não sabemos como chegar). Quanto a este aspecto, nada pode estar mais distante da concepção dos dirigentes cubanos do que o dogmatismo da imposição de modelos (que tantos prejuízos causaram no passado) ou da visão (falsamente imputada aos

revolucionários, mas que é própria dos apologistas do capital) da revolução como um produto de “exportação” conspirativo de uma “força subversiva estrangeira”. As revoluções sociais são produtos das próprias contradições e problemas das sociedades concretas, das lutas entre as classes sociais e, por certo, de organizações políticas e estratégias que acionam as efetivas alavancas transformadoras pelos movimentos proletários e populares existentes e capazes de transformar dinamicamente as realidades sócio-históricas sob as condições objetivas reais. Fidel Castro afirma com clareza: “Surgem movimentos de massa que se formam com tremenda força, e eu creio que estes movimentos desempenharão papel fundamental nas lutas futuras. Serão outras táticas, já não será a tática no estilo bolchevique, nem mesmo ao nosso estilo, porque pertencem a um mundo diferente. (...) Serão outros caminhos, outras vias pelos quais irão se criando as condições para que esse mundo sob domínio unipolar de uma superpotência os EUA se transforme em outro mundo socialista” (Castro, Fidel Gramna, 25/06/1998, p. 6). Sem propor modelos ou utopias a Revolução Cubana prova que a América Latina está madura para o socialismo: Cuba rasgou um clarão nas esperanças coletivas e nos anseios libertários e igualitários de outros povos irmãos.



Cuba é o “único ponto de referência” para se estudar concretamente, não só a única experiência de revolução anticolonial e antiimperialista levada até o fim e até o fundo na América Latina; mas para além destes aspectos (evidentemente já muito relevantes), sobretudo para o estudo de sua revolução socialista vitoriosa e do processo de transição socialista propriamente dito: “Cuba como a primeira fronteira histórica e o primeiro patamar concreto da manifestação do socialismo na América Latina”. Estamos na época histórica das revoluções proletárias, ainda que ela só tenha aparecido nos “elos débeis” do capitalismo. Nesta perspectiva, alguns elementos estruturais da revolução cubana possuem uma importância não apenas nacional particular, mas um significado universal, que desvela o futuro: “Temos que descobrir o que a civilização moderna, sob o socialismo revolucionário, reserva à América Latina e já pode ser constatado concretamente em Cuba, pelas transformações ocorridas e, mais ainda, pelas transformações em processo” (Fernandes, F., *op cit.* pp. 6 e 7). Cuba vive no presente o nosso futuro de outra maneira. A Revolução Cubana mostra que é no socialismo que os povos da América Latina encontrarão a solução - efetiva e duradoura - de seus problemas e dilemas. O povo cubano prova a compatibilidade do socialismo com os povos da América Latina, pois os cubanos não estão fazendo nada que outros povos do continente sejam incapazes de fazer. A vontade revolucionária coletiva do povo cubano tornou-se uma força material objetiva: provou concretamente que “mesmo no subdesenvolvimento é possível superar a miséria”, que “é possível eliminar os traços mais marcantes do subdesenvolvimento, mediante a transformação radical das estruturas vigentes na sociedade” (Sader, Emir - A Revolução Cubana, Ed. Moderna, S.P., 1985, pp. 75 e 76).

O significado universal concreto da Revolução Cubana não pode ser compreendido se abstrairmos as mediações particulares e singulares que a tornam um processo único. Sua unicidade concreta resulta de ela ser o resultado de 200 anos de luta insurgente e ressurgente; primeiro contra o colonialismo espanhol e o escravismo mercantil, depois contra a dominação imperialista dos EUA, a classe latifundiária, a burguesia nativa e as elites endinheiradas (todos estreitamente associados). Ao não conseguir a independência em princípios do século XIX como a maioria das colônias espanholas na América, Cuba desenvolveu mais tarde um movimento de libertação poderoso com uma identidade radical e popular. Os “*mambises*”, a guerrilha popular que se lançou contra o domínio espanhol entre 1868 e 1898, deram importância à igualdade racial e social e formaram uma consciência anti-colonial e antiimperialista precoce. O resumo do grande homem de letras e figura histórica libertadora de envergadura universal José Martí (cuja generosidade o leva a insistir que “*patria es la humanidad*”) quando declarou em sua última carta de 1895: “*Tudo o que fiz até agora e tudo o que farei tem por objetivo prevenir, através da independência de Cuba, que os Estados Unidos da América se movam com mais força sobre nossa América*”. Este espírito antiimperialista voltou a manifestar-se na luta contra o ditador Gerardo Machado (1925-33) e na revolução derrotada de 1933, grande precursora da de 1959.

O caráter único da Revolução Cubana também se manifesta nos três anos



de luta armada, onde a guerrilha desempenhou a função de partido revolucionário apoiado por uma massa sempre crescente do povo até derrubar o regime títere de Batista. Em 1º de janeiro de 1959, quando o ditador Batista fugia e os guerrilheiros barbudos entravam em Havana e Santiago, poucos antecipavam o alcance e a profundidade das mudanças que iam se suceder. A revolução anti-capitalista cubana foi uma das mais rápidas e completas das realizadas até então em todo o mundo. Durante os três primeiros anos entre 1959 e 1962 foram erradicadas do cenário histórico as bases econômicas, sociais e políticas do poder das antigas classes dominantes: a primeira e segunda leis de Reforma Agrária, o desafio a Washington para expropriar as explorações açucareiras e as fazendas, a nacionalização de praticamente todas as grandes indústrias e serviços, a extraordinária campanha de alfabetização e o estabelecimento de educação pública gratuita em todos os níveis, a criação de todo um complexo de serviços sociais (universal e gratuito), e a organização de uma milícia popular e organismos massivos disciplinados desde o nível mais elementar nos bairros aos mais complexos que abrange todo país. (Cf. a análise clássica deste processo: O'Connor, James - *The Origins of Socialism in Cuba*, Cornell UP, Ithaca, 1970).

A força da demanda popular de auto-determinação e justiça social combinada com a estrutura monopolista da economia das plantações cubanas e a confrontação



inevitável e direta com o imperialismo estadunidense fizeram com que, a partir de princípios dos anos 60 em diante, a solução socialista fosse o único caminho viável para seguir adiante, para que a revolução não se destruísse em função da divisão e incoerência. A necessidade do socialismo tornou-se um senso comum popular, uma expressão madura do bom-senso, quando ocorreu declaração famosa de Fidel durante a invasão da Baía dos Porcos que o confirmava: “*Pois sim: somos socialistas! Nossa revolução é socialista!*”.

É com seu belíssimo caráter único que a Revolução Cubana adquire seu significado universal para todos os que, em geral, lutam pela causa da emancipação humana; mas com um significado especial para a América Latina e Caribe. Os países do nosso subcontinente foram e ainda são dominados pela mesma potência imperialista os EUA que se tornou hegemônica mundialmente; e todos os esforços para buscar soluções substanciais para os problemas do povo trabalhador foram frustrados (e afinal anulados) pelas iniquidades do capitalismo dependente e sua ordem social autocrática, sob o domínio de blocos de poder que associam os

latifundiários e a grande burguesia interna ao imperialismo (sob hegemonia deste). A mensagem da Revolução Cubana para nossos povos é dupla: anti-imperialista e socialista. A necessidade das nações de Nossa América de conquistar nossa soberania diante da avassaladora dominação - econômica, política, militar e cultural do Império Estadunidense. A necessidade de superar as iniquidades e injustiças, o caráter insuportável (espoliador, expropriador, super-explorador, perdulário, anacrônico e desumanizador) da ordem autocrática do capitalismo monopolista dependente (o único possível aqui no atual estágio da história). Desde o início, a mensagem da revolução cubana focalizava estes dois complexos de problemas que afetam profundamente todos os países da América Latina: “a mensagem dupla da revolução cubana convocando não apenas para a luta antiimperialista, mas também para uma mudança *estrutural e sistêmica* da sociedade como a condição última do sucesso daquela luta está destinada a ressoar com crescente intensidade, até nas circunstâncias mais difíceis, por todo o continente” (Mészáros, I. Dossiê: Cuba e os Rumos da Revolução, In: Margem Esquerda 2, maio de 2004, p. 16).



“Retificação” e “período especial”: problemas da transição para o socialismo sob cerco imperialista

“Apesar de todo o bloqueio e das condições naturais modestas, pois é uma ilha pequena, Cuba não tem miseráveis, ninguém passa fome, ninguém passa a situação dos miseráveis dos Estados Unidos, ou da Alemanha, ou daqui mesmo do Brasil, que vivem nessa crise gigantesca”

Luiz Carlos Prestes

“A revolução que se propõe a ser uma revolução de verdade tem que evitar o mal do burocratismo (...) o perigo da burocracia como uma camada especial (...). A revolução dos trabalhadores tem que chegar até o final, a revolução dos trabalhadores tem que estar vigilante para que não se desenvolvam vícios, para que não se desenvolvam males que dêem lugar no futuro a dolorosas novas batalhas no seio da sociedade”

Fidel Castro

Na segunda metade dos anos 80, na busca da superação definitiva do subdesenvolvimento e de fazer avançar a transição para o socialismo, Cuba dá início a um processo de transformação dirigido, sobretudo, para consolidar a essência determinante da orientação socialista de desenvolvimento: gerar os requisitos da plena participação popular na direção do processo social e fortalecer as relações e intuições que reforcem a participação dos trabalhadores na tomada de decisão em todos os níveis de controle econômico, cultural e político. É lançado em 1986 o *Processo de Retificação de Erros e Tendências Negativas* voltado para a consolidação do poder político de orientação socialista e de seu papel condutor no processo de produção social, de modo a garantir o avanço sustentado na consolidação da propriedade social socialista. Trata-se de buscar criar os pré-requisitos para substituir o anterior planejamento tecnocrático (realizado fundamentalmente pelos técnicos “planejadores”) por um planejamento abrangente democraticamente centralizado; que articule interesses não adversos e se combine com avanços na auto-gestão das instituições de base (reforço do papel dos “territórios” e dos “coletivos de trabalho”). Ao mesmo tempo, o rechaço de Fidel as políticas soviéticas de *Glasnost* e *Perestroika*, foi visto por muitos como “estalinista” ou “conservador”. Na realidade o rechaço das políticas de Gorbachev foi tudo menos isso: refletiu a compreensão profética do dirigente cubano que este tipo de “liberalização” de cima para baixo, inclusive com a restauração de um mercado de trabalho, conduziria necessariamente ao capitalismo; e que, ao contrário, o socialismo deveria revitalizar-se com uma combinação do fortalecimento da mobilização popular, da participação da base dos trabalhadores e do sentido humanista do processo de desenvolvimento cubano.

O projeto original da *Campanha de Retificação* teve que ser alterado e adaptado às difíceis condições criadas pela crise dos anos 1990 (mesmo que os passos dados para a implementação do Processo de Retificação “original” tenham sido muito positivos e oportunos para o enfrentamento da crise). A Revolução Cubana enfrenta a sua maior crise e o maior desafio à sua sobrevivência com o fim da URSS e a queda dos outros países do chamado “campo socialista” do Leste Europeu e o concomitante recrudescimento do bloqueio econômico e das agressões do imperialismo estadunidense. Até 1989, 79,9% das exportações e 85,3% das importações ocorriam com o “bloco socialista”. Dessa forma Cuba foi privada de uma série de itens fundamentais para sua vida econômica: alimentos, peças de reposição, matérias-primas para suas indústrias, petróleo cru, derivados de petróleo etc. Esse período de crise começou em 1990 e recrudescceu após 1991, se estendendo até a atualidade e denomina-se *Período Especial em Tempos de Paz* (em que são aplicados alguns dos mecanismos de emergência inicialmente pensados para o caso de uma invasão militar por parte do poderoso e animoso vizinho do norte). A fase mais dura ocorreu nos anos 1992 e 1993. A taxa média anual de crescimento do PIB durante o auge da crise (1990-93) foi de 12,4% e a produtividade caiu 12,0%; mas a política voltada à proteção do emprego e do rendimento evitou um desemprego em massa e a queda dos salários. O excesso de moeda decorrente dessa situação só não se traduziu em uma hiperinflação devido ao forte controle de preços e aos subsídios concedidos pelo sistema de racionamento das *libretas*. Qualquer outro país do continente que houvesse passado por uma crise semelhante teria os seus indicadores sociais extremamente agravados, o que não aconteceu em

Cuba.

A liderança do país considerou necessário realizar certas “concessões” (como as definiu Fidel) que implicavam um relativo recuo do projeto socialista em relação ao mercado. As medidas de recuo tático, concebidas a partir do IV Congresso do Partido Comunista de Cuba em 1991, significavam uma desaceleração (em algumas áreas um estancamento) do processo de transição socialista. O desafio central do povo cubano, de seu poder popular e do PCC, sob as condições particularmente adversas dos anos 90, passa a ser definidas em termos da preservação das principais conquistas apropriadas pela revolução. Trata-se de defender o notável conteúdo daquilo que usualmente se sintetiza como direitos sociais (saúde, educação, habitação, transporte coletivo, previdência, saneamento, etc.) e de garantir a defesa do país (ou seja, da soberania nacional). Entre aquelas “concessões” fazem parte: a reabertura do mercado interno - agropecuário, industrial, artesanal em moeda nacional e mercadorias importadas e de produção nacional em moeda estrangeira; a possibilidade de associação econômica do Estado com o capital estrangeiro; o autofinanciamento das empresas em divisas conversíveis e a permissão para que as empresas estatais exportem e importem diretamente; e, por fim, uma descentralização do sistema bancário nacional. Em 1993 foram tomadas outras medidas: autorização para recebimento de remessas de divisas provenientes do exterior; incentivo ao desenvolvimento do turismo voltado para a classe média europeia e o recebimento de dólares enviados por familiares que vivem no exterior. Houve uma diversificação da produção agrícola e da venda de produtos oriundos da alta capacidade obtida por Cuba em biotecnologia. Os dólares arrecadados com essas medidas foram e são fundamentais para que o país realize as importações de que necessita. Foram criadas as Unidades Básicas de Produção Cooperativa (UBPC) nas atividades agrícolas, com o propósito de elevar a eficiência na agricultura. Em 1995, foi promulgada a lei n.º 77 que prevê a liberação dos investimentos estrangeiros diretos no país; mas controlados pelo Ministério do Investimento Estrangeiro e Colaboração Econômica, e pelo Comitê Executivo do Conselho de Ministros, e só autorizados quando considerados estratégicos para o país.

O êxito de Cuba ao superar os rigores extraordinários dos piores anos do “Período Especial” (meados dos anos 90) só se explica pela vitalidade continuada da revolução. Quem visitou Cuba nesses anos ficou impressionado com o estoicismo, compromisso e a lealdade da imensa maioria do povo cubano com a sua revolução; em um país inundado por imagens da sociedade estadunidense de consumo e propaganda contra-revolucionária. Um fator crucial na sobrevivência de Cuba foi o compromisso e exemplo dos dirigentes, especialmente Fidel. Mas o elemento decisivo foi que a orientação socialista da política nunca foi abandonada: diferente da Nicarágua sandinista, que sob imensa pressão militar e econômica em finais dos anos 1980 cedeu ao FMI, liberando os preços dos artigos de primeira necessidade e privatizando os serviços sociais, Cuba manteve a saúde e a educação universais gratuitas e subvencionou a moradia e os serviços públicos. Também intensificou em vez de abandonar a consulta democrática ao povo sobre as medidas que iriam tomar. No momento em que dirigentes ex-comunistas praticavam reneгаções pungentes e corriam para abraçar o capitalismo, toda a mídia e os governos diziam a seus povos que “não há alternativa ao neoliberalismo”; os dirigentes cubanos reafirmavam a alternativa socialista e organizaram um amplo processo de consultas que envolvia cerca de 80.000 “parlamentos dos trabalhadores” por todo o país para discutir as medidas necessárias para resolver a crise econômica.

O êxito na luta pela superação da crise já se manifesta quando da realização do V Congresso do PCC em 1998 e se torna mais visível na subsequente retomada do crescimento da economia; que a partir de ano 2000 apresentou altas taxas positivas, com alto incremento da produtividade da força de trabalho e retomada do crescimento do comércio exterior. Um fator que diferencia a sociedade cubana das sociedades capitalistas é o direcionamento social de seus gastos: apesar



das difíceis condições pela qual Cuba passou, os gastos sociais continuaram representando a maior parcela do orçamento público, embora as concessões realizadas ao mercado tenham levado a maior estratificação da sociedade.

Na primeira década do século XXI Cuba se recuperou do golpe dos anos 90 (entre 1989 e 1996 a economia teve um crescimento negativo de 35%); mas só em 2004 voltou ao nível que estava em 1989 (o que significou um atraso de 15 anos no desenvolvimento econômico); seguindo com um crescimento médio anual elevado (3% acima dos outros países latino-americanos). A Venezuela, a China (e também o Brasil) se converteram em sócios econômicos importantes e a Alternativa Bolivariana para as Américas (ALBA) oferece novas perspectivas. Contribui para a construção de um novo perfil econômico os avanços (iniciados em 1986) no setor científico e tecnológico; sobretudo na informática, biotecnologia, produtos farmacêuticos, equipamentos e serviços médicos. Assim, Cuba ampliou o espaço para voltar a reorganizar a economia, recuperando a tradição dos planos quinquenais e do planejamento em longo prazo e retomando as preocupações do *Processo de Retificação* original; no qual busca consolidar a articulação da consolidação dos potenciais fundamentais para o desenvolvimento estratégico das forças produtivas do país (a mais importante delas sendo o próprio homem como elemento fundamental do “processo de trabalho”) com a formação do indivíduo co-proprietário socialista dos meios de produção e o desenvolvimento da “cultura integral”.

No século XXI Cuba continua oferecendo contribuições inovadoras e vitais à revitalização dos movimentos anticapitalistas e da alternativa socialista. Podemos destacar brevemente duas áreas. Uma é nos temas ambientais. Cuba tem adotado a agricultura orgânica e práticas ecologicamente sustentáveis em toda a economia. Há o desenvolvimento da agricultura urbana, onde pequenos terraços têm se convertido em projetos organopônicos, destinados ao cultivo intensivo de grande variedade de frutas e verduras. Havana, por exemplo, produz atualmente 60% da fruta e verdura que consome dentro dos limites geográficos da cidade, e a experiência está sendo levada para a Venezuela e outros países. A *Revolução Energética* tem descentralizado a geração de energia de forma que a eletricidade dependa menos das grandes obras e mais de pequenos geradores locais, que são mais eficazes e menos vulneráveis nas emergências. As lâmpadas incandescentes foram substituídas em todo o país e há investimento em grande escala na geração de energia eólica e solar.

A segunda contribuição vital para a emergência de uma nova alternativa é o apoio de Cuba a Venezuela, Bolívia e outros países da América Latina ocupados nestes momentos na luta para criar um novo modelo econômico e social. Os analistas internacionais fixam sua atenção na ajuda da Venezuela a Cuba em forma de petróleo barato, porém a importância da contribuição cubana à revolução bolivariana não é menor. Sem a colaboração de milhares de cubanos, Chávez seguramente não haveria podido pôr em marcha a notável missão de saúde “*Barrio Adentro*” ou a missão de alfabetização *Robinson*. Evo Morales tampouco haveria podido colocar em prática programas semelhantes na Bolívia, pelo menos a curto prazo e na da situação política crítica dos dois países, o curto prazo era e é crucial.



Repudiar a hipocrisia da direita pró-imperialista

“O comunismo é uma meta da humanidade que se alcança conscientemente, logo, a educação, a liquidação das taras da sociedade antiga na consciência das pessoas, é de suma importância, sem esquecer é claro, que sem avanços paralelos na produção não se pode chegar nunca a tal sociedade. (...) Temos que elevar muito mais os estímulos morais. Ainda há muito que fazer no terreno dos estímulos morais e do aprofundamento da consciência das massas”

Che Guevara

“O comunismo, certamente, não se poderá estabelecer se não se criam riquezas em abundância. Porém o caminho, a nosso juízo, não é criar consciência com o dinheiro, mas criar riqueza com a consciência, e cada vez mais riquezas coletivas com mais consciência coletiva”

Fidel Castro

“Não fui eleito presidente para reintroduzir o capitalismo em Cuba. Fui eleito para defender o socialismo, para manter e aperfeiçoar o socialismo, não para destruí-lo. (...) Trata-se de definir através da mais ampla participação popular a sociedade socialista que aspiramos e podemos construir nas condições atuais e futuras (...) e assegurar a irreversibilidade do socialismo no país, única garantia para sua verdadeira independência”

Raul Castro

Desde a vitória da Revolução Cubana em 1959, os EUA (o mais poderoso poder imperial que já existiu) vem promovendo agressões militares diretas, operações de espionagem e subversão sistemática e uma permanente guerra diplomática, política, ideológica e econômica contra Cuba. Após a queda da URSS, os EUA intensificaram sua campanha contra Cuba, promovendo uma escalada de agressões, endurecendo o cerco internacional e o bloqueio econômico na vã esperança de precipitar um colapso imediato da ordem pós-revolucionária e derrubar o poder revolucionário. Entre outras medidas, aprovou em 1992 a *Lei Torricelli* e, em 1996, a *Lei Helms-Burton*. A *Lei Torricelli* foi aprovada após o fim da URSS, com o objetivo explícito de “acelerar a queda do socialismo em Cuba”, prevendo medidas contra empresas norte-americanas e suas filiais que realizem negócios com Cuba e proibindo o ingresso por seis meses em porto americano de embarcações que passem por um porto cubano. A *Lei Helms-Burton* foi aprovada em um momento em que a economia cubana começava a dar os seus primeiros sinais de recuperação, deu força de lei às ordens executivas e disposições da administração estadunidense existente contra Cuba. Esta lei é dotada de um absurdo caráter extraterritorial (em arrogante desrespeito ao direito internacional e à soberania de todos os outros países do planeta); pois estabeleceu sanções contra países, empresas e entidades que mantenham relações econômicas com Cuba. Essa lei permite que qualquer cidadão americano cujos interesses esteja relacionado com propriedades nacionalizadas em Cuba abra um processo, na justiça americana, contra empresas que realizem negócios com Cuba, podendo esse processo ser estendido contra os investidores estrangeiros e inclusive contra seus familiares. Washington e a CIA fazem todo o possível para impedir qualquer país de ter relações comerciais com Cuba, de investir na ilha, de lhe conceder créditos. O bloqueio torna as importações muito mais caras (pois Cuba deve adquirir produtos de países distantes, geralmente sem as vantagens de um contrato padrão) e enfraquece a posição de negociação de Cuba com Estados e empresas estrangeiras.

A CIA organizou, em agosto de 1994, o episódio dos balseiros; aliciando cidadãos cubanos no momento mais duro do “período especial” com a promessa de visto permanente (quando a embaixada norte-americana se negava a atender a solicitação cubana de expedição de vistos para viagens ou emigração legal), naturalização e empregos em Miami (quando os EUA viviam um momento de euforia econômica). Tratava-se de uma provocação para preparar uma agressão militar; pois o governo estadunidense (mediante correspondência de *Mister Kevin Whitaker*, Chefe do Birô Cubano do Departamento de Estado) informou que considerava “os sequestros de barcos a partir de Cuba uma grave ameaça à Segurança Nacional dos EUA”. Fidel Castro denunciou a manobra: “Whitaker disse isto como se não fossem eles quem provocava e incentivava esses seqüestros, como se não fôssemos nós que adotávamos medidas drásticas para evitá-los”. A polêmica internacional sobre a condenação dos sequestradores desconsiderou a ameaça militar direta a que o país estava submetido por esse motivo.

Em 2002, o subsecretário de Estado James Bolton, acusou Cuba de ser fornecedora de armas biológicas para os inimigos dos EUA tomando por “base” o fato dos cubanos terem uma indústria farmacêutica avançada; o que justificaria a caracterização de Cuba como alvo “moralmente justificável” para um ataque militar dos Estados Unidos. Foi mais uma das inúmeras e renovadas tentativas de acusar Cuba de crimes anti-americanos fictícios, por parte de agentes de um Estado que não tem moral nem respeito pela verdade. Mas, neste contexto, tais calúnias representavam parte da orquestração de planos monstruosos. Em 2003 o governo estadunidense de *Baby Bush* incluiu Cuba (junto com o Afeganistão e o Iraque) no



“eixo do mal”, com todas as sinistras implicações de tal caracterização. Em Discurso do Primeiro de Maio de 2003, Fidel Castro respondeu energicamente, lembrando o fiasco da intencional invasão na Baía dos Porcos e a humilhante derrota dos EUA no Vietnã; destacando que caso Cuba seja atacada, como foram o Afeganistão e o Iraque: “os agressores não estariam apenas enfrentando um exército, mas milhares de exércitos que constantemente se reproduziriam e fariam o inimigo pagar preço tão alto em baixas que excederia em muito o custo em vidas de seus filhos e filhas que o povo americano estaria disposto a pagar pelas aventuras do presidente Bush”.

O golpe militar em Honduras, já sob o governo Obama, é uma manifestação da nova estratégia contra-revolucionária e especificamente golpista dos EUA na América Latina; que neste “primeiro round” conseguiu o que pretendia: afastar um presidente progressista democraticamente eleito e substituí-lo por gente da sua inteira confiança. Essa vitória do imperialismo não deve ser subestimada, porque se integra numa estratégia ambiciosa, que visa neutralizar o movimento de contestação dos povos da América Latina à dominação dos EUA.

Parte importante desta estratégia é o revigoramento da persistente campanha contra a Revolução Cubana desatada pela ditadura da mídia internacional, encabeçada pelo poder des-informador, manipulador e caluniador dos EUA. Esta pérfida campanha se inscreve nos marcos do contra-ataque dos EUA e seus aliados; respondendo à onda transformadora que desde o final do século XX e começo do XXI emerge na América Latina; e que tem como uma de suas manifestações a formação de governos revolucionários na Venezuela e

Bolívia, ou progressistas independentes como no Equador. É parte de uma estratégia para reverter os recentes avanços e conquistas que puderam ser realizadas a partir da firmeza com que a Revolução Cubana enfrentou a onda conservadora das últimas décadas do século passado. Obama adotou em relação a Cuba uma política de tensão progressiva. Agora, em 2010, o governo Obama decreta arbitrariamente a inclusão de Cuba como “Estado terrorista” a ser derrubado na nova escalada do agressivamente promovido “novo século americano”. O novo governo autoriza as ações da “Comissão Especial Para Promover a Mudança de Regime em Cuba” (eufemismo utilizado para não dizer “promover a contrarrevolução”); organização interna do próprio Departamento de Estado, criada por George W. Bush, que dispõe de um orçamento anual de 59 milhões de dólares (sem contar verbas que se destinariam por “vias encobertas”) dos quais 36 milhões destinados a fomentar e financiar as atividades dos “dissidentes”. Trata-se, segundo Informe Oficial da “Comissão” (publicado em 2004, com 458 pp.) da “criação da oposição em Cuba” e do lançamento de uma “poderosa ofensiva de propaganda” para a robustecer e dar credibilidade. Para resumir, trata-se de apresentar como uma nobre e patriótica dissidência interna os agentes da metódica aplicação de um projeto imperialista, desenhado para cumprir o velho sonho da direita estadunidense de apoderar-se definitivamente de Cuba.

Atolados em guerras perdidas no Iraque e no Afeganistão, alarmados com o caos paquistanês e incapazes, até agora, de impor a sua vontade ao Irã o único grande país muçulmano da Ásia que desenvolve uma política independente o sistema de poder dos EUA sentiu o perigo do



e buscar toda paciência para esclarecer os desinformados e embananados

“avanço revolucionário” dos povos da América Latina. O precedente de Cuba assusta o Império! Quanto mais evidente se torna a fase senil do capitalismo, maior é a pressão e o recurso à mentira e à falsidade dos meios de comunicação do sistema contra Cuba e todos os que se opõem coerentemente ao sistema. Um intenso trabalho de desinformação e descrédito montado pela CIA, com financiamento canalizado pelo *Escritório de Interesses dos EUA em Havana*, conflui em nova (e literalmente milionária) campanha que busca re-atualizar a estigmatização de Cuba; numa nova tentativa de isolar internacionalmente um país perseguido por ser pioneiro da segunda independência da Nossa América; o único país que conseguiu consolidar uma revolução de orientação socialista no hemisfério ocidental. O mais recente instrumento da campanha de difamação de Cuba é um comunicado empapado de mentiras até a medula e assinado por “intelectuais” a circular nos blogs criados pela CIA, referindo-se ao desfecho da “greve de fome” de Orlando Zapata Tamayo, apresentando-o como “um dissidente político” que teria sido “brutalmente torturado” até a morte (o que é mais uma comprovada mentira). A lista dos pretensos “presos políticos” cubanos, a mais inflacionada de todas, não chega a 50, onde encontramos, além de bandidos comuns, apenas pessoas que recebiam salário da CIA para fomentar a desintegração social e os presos por terem cometido atentados terroristas (como colocar bombas em hotéis). Zapata não era um “dissidente”, nem um preso político; mas um delinquente comum que foi aliciado na prisão por um grupo terrorista coordenado pela CIA, cujo membro mais famoso é Posada Carriles, que assassinou 73 pessoas no atentado contra o avião cubano em 1976 em Barbados. A família de Zapata começou então a receber dinheiro de organizações da máfia de Miami, como a *Fundação Nacional Cubano Americana*, financiada pelo governo americano e responsável pela morte de inúmeros civis devido a ações terroristas em Cuba. Incitaram-no a fazer esta greve da fome com base em curiosas petições (telefone, televisão e cozinha na cela). Ainda que se tenha negado sempre a receber assistência médica, foi tratado e atendido contra sua vontade em vários hospitais do país; mas faleceu devido a doença nos pulmões (Cf. José Manzaneda <http://www.kaosenlared.net/noticia/orlando-zapata-delincuente-convertido-martir-estrategas-guerra-contra->).

Mas o que é um “dissidente político”? O *Dicionário de Política* de Norberto Bobbio define o “dissenso” como “qualquer forma de desacordo sem organização estável e, portanto, não institucionalizada, que não pretende (...) derrubar o sistema político vigente”. Mais adiante assinala que existe um limite que, uma vez ultrapassado, converte o “dissenso”, e os dissidentes, em outro fenômeno. Atílio Borón apanha o nó da questão quando contrasta notáveis dissidentes políticos como Sakahrov (na ex-URSS) e Martin Luther King (nos EUA), que foram implacáveis críticos de seus governos, mas jamais se colocaram a serviço de um Estado estrangeiro que ambicionava oprimir a sua pátria com a suposta “dissidência cubana”, que “se enquadra em outra figura jurídica”. Isto não só porque o seu propósito é subverter a ordem constitucional e derrubar o sistema”; mas porque, e este é o ponto realmente essencial: “querem fazê-lo pondo-se a serviço de uma potência inimiga, os Estados Unidos, que há meio século agride Cuba por todos os meios imagináveis. Os que recebem dinheiro, acessoria, e orientações de um país inimigo de sua pátria e atuam em congruência com as intenções imperiais de precipitar uma “mudança de regime”. Podem ser considerados como 'dissidentes políticos'?” (*¿Dissidentes o traidores?* www.atiloboron.com/2010/03/23.html). Segundo a Constituição dos EUA (§ III, Sec. 3) este tipo de crime (mesmo quando não implica em atentados terroristas) é considerado “delito de traição” e a sanção por este delito pode chegar a pena de morte. Borón realiza uma revisão dos critérios de Constituições de vários países para demonstrar que “o que a imprensa do sistema denomina dissidência é o que em qualquer país do mundo começando pelos Estados Unidos seria considerado como traição a pátria, e nenhum dos acusados jamais seria considerado como um 'dissidente político'. No caso dos cubanos, todos os chamados dissidentes estão incursos no delito de unir-se a uma potência estrangeira em aberta hostilidade contra a nação cubana, receber de seus representantes diplomáticos ou não dinheiro e toda sorte de apoios logísticos para destruir a ordem criada pela revolução” (Id. *Ibidem*).

Até aqui examinamos uma política hipócrita, mas a seu

modo “coerente”; isto é que está de acordo com a miserável “racionalidade” contra-revolucionária que é fruto de um ódio visceral (irracional de uma perspectiva humanista totalizante) de um império militarista decadente, incapaz de admitir as causas profundas de seus fracassos nas tentativas de recolonização de Cuba e de subversão de sua heróica revolução. Estranha é a posição assumida (e assinada) pela LIT-QI (Liga Internacional dos Trabalhadores Quarta Internacional), sob o título “A morte de Orlando Zapata e as liberdades em Cuba” (publicado no *Correio Internacional* 157, março de 2010, que se encontra na página eletrônica do PSTU). Para a LIT-QI Zapata (ou “a organização a que estava ligado”) tinha sim posições pró-capitalistas; mas ele era um “preso de consciência” do regime cubano que teria se transformado em “uma ditadura capitalista” e “nesses casos, os revolucionários chamam a uma ampla unidade de ação, inclusive com os setores burgueses, para combater as ditaduras”. Para justificar uma aliança com a máfia cubana de Miami, com os grupos terroristas fascistas e com a CIA para derrubar a “ditadura castrista”, a LIT-QI recorre a piroeta “teórica” (sic) de identificar o poder revolucionário cubano com as ditaduras militares de extrema direita que vitimaram o Cone Sul entre as décadas de 1960 e meados de 1980. Seguindo em suas tortuosas elocubrações por “analogia”, a LIT-QI lembra que o ex-presidente norte-americano Jymmy Carter “questionou” a ditadura argentina quando estava a frente da Casa Branca e hoje Obama também defende as “liberdades democráticas” em Cuba tentando “vender uma imagem similar”. Logo, conclui triunfalmente a nota, “a esquerda” deve seguir em Cuba a mesma tática do novo presidente estadunidense para não “facilitar a política do imperialismo de identificar a esquerda e o socialismo com a falta de democracia” e tirar Cuba “das mãos do castrismo” que estaria “à serviço do imperialismo europeu e canadense”(!!!?) **FRANCAMENTE!**

Será que o PSTU se descuidou e permitiu uma infiltração de provocadores de direita na sua página eletrônica? Infelizmente não! A coisa é mais grave! O PSTU confirmou sua identificação política com estas posições da LIT-QI. Esta “Liga” já havia se aliado com a direita venezuelana (as numerosas instituições do governo estadunidense, as Fedecameras, os monopólios de comunicação privados e a alta hierarquia reacionária da Igreja Católica) para derrotar (por uma margem de 1,4% dos votos sobre nove milhões de votantes) o referendo à avançada Constituição que continha transformações revolucionárias proposta pelo presidente Chávez em 2007 (crucial não só pelas medidas políticas radicalmente democratizantes, como para libertar a Venezuela da dependência do petróleo e do controle capitalista dos setores financeiros e produtos estratégicos). Em 2008, ela chamou o boicote ao referendo revogatório, convocado por Evo Morales; provocando a divisão entre o movimento de operários e camponeses; levando água ao moinho do processo desestabilizador que sofre o presidente boliviano pelas mãos da extrema-direita separatista de Santa Cruz de la Sierra, em conspiração abertamente apoiada pelo Estado imperialista norte-americano.

Para ser coerente - sem prejuízo de sua aliança “internacionalista” com Obama, os falcões do Pentágono e os gorilas de todos os quadrantes - o PSTU deveria buscar também aliados caseiros. Certamente tais idéias do PSTU proporcionariam um conveniente enfeite “de esquerda” à raivosa propaganda da grande burguesia contra a “ditadura cubana” e teriam seu momento de brilho e fama ao *plim-plim* dos holofotes de *The Globe* (esta rede de TV e de jornais Estadunidense, com sede no Rio de Janeiro e a família Marinho como testa de ferro). Este programa “democrático” do PSTU seria certamente muito bem recebido também pelo deputado Jair Bolsonaro, notório prócer da ultradireita brasileira, que divulgou manifesto com a mesma linha política: “irrestrito apoio e solidariedade aos presos políticos que, em Cuba, lutam por liberdade e democracia naquele país”.

Nós preferimos outras companhias, até porque consideramos que superar a ameaça militar a que Cuba está submetida é causa comum de toda humanidade, em particular de todos os comunistas, socialistas, revolucionários e democratas consequentes (aqueles que não temem avançar para o socialismo). Faremos tudo o que estiver ao nosso alcance para contribuir na mobilização de nossos povos, dos seus trabalhadores e trabalhadoras, do campo e da cidade, de seus jovens e de suas mulheres, de seus povos originários e de

seus intelectuais... a empregar a fundo todo o nosso talento, energia e criatividade para defender Cuba e frustrar as perversas intenções da cruzada contrarrevolucionária com sede em Miami e Washington.

A democracia em sentido radical o governo do povo para o povo começa necessariamente nas comunidades locais, aonde as pessoas nas vizinhanças e nos lugares de trabalho organizam e dirigem seus próprios assuntos. Neste sentido, Cuba tem um poderoso sistema de democracia local. A indicação direta de candidatos nas reuniões comunitárias e sua eleição como delegados municipais do poder popular em eleições com voto secreto e vários candidatos, mais a obrigação dos eleitos prestarem contas pessoalmente a cada seis meses em várias reuniões locais (com a possibilidade real de revogação do mandato), garante um grau de participação e controle local com o qual nenhum país burguês pode rivalizar (v. sobre o tema Arnold August, *Democracia em Cuba y las Elecciones de 1997-98*, Ed. José Martí, La Habana, 1999; e Peter Roman *People A's Power*, Roman & Littlefield, Lanham, MD, 2003). A Revolução Cubana, apesar do bloqueio e das inúmeras agressões e provocações de que é alvo mantém a mais efetiva democracia popular direta do mundo e conquistas sociais mais amplas e profundas que qualquer país capitalista. É certo que há muito que avançar na construção de uma democracia socialista desenvolvida e que as condições de cerco imperialista que força Cuba a viver em permanente estado de emergência; criam condições desfavoráveis para a conquista de muitos objetivos socialistas fundamentais, tanto na esfera econômica, quanto na político-cultural. Mas não se pode simplesmente esperar que estas condições deixem de existir só porque o desejamos; não se pode deixar de responder a elas de modo responsável e prudente. É claro que não se deve prolongar tal estado de emergência (ou deixar de buscar acelerar a revolução em termos de igualdade substantiva e de transferência progressiva de todo o poder aos “produtores associados”) além do historicamente justificável. Na URSS, nos primeiros anos que se seguiram à Revolução de Outubro, o país teve que enfrentar a extrema privação de um autêntico estado de emergência; mais tarde esta situação, antes plenamente justificada, foi prolongada artificialmente bloqueando o desenvolvimento da democracia socialista. Evidentemente, não existe nada de artificial no dolorosamente longo estado de emergência de Cuba diante das ameaças militares constantemente renovadas e intensificadas de seu poderoso inimigo preponderante.

A Revolução Cubana demonstrou seu internacionalismo e solidariedade da forma mais tangível, com as causas da emancipação humana em inúmeras ocasiões. Desde o corajoso apoio aos processos revolucionários da América Latina e África (dando literalmente o próprio sangue), passando pela desprendida formação de estudantes do mundo todo, até o generoso compromisso extraordinários de milhares de internacionalistas cubanos, proporcionando serviços profissionais das áreas da saúde da família e da educação (com destaque para a luta contra o analfabetismo, já erradicado na Bolívia e na Venezuela) em condições que poucos aceitariam, e que constituem o testemunho vivo da realidade do projeto socialista do país Mas a solidariedade é uma rua de mão dupla. A solidariedade internacional tem condições de dar uma contribuição significativa para o próximo meio século da Revolução Cubana. Devemos aprofundar a luta em defesa da Revolução Cubana, apostando sempre na sua promissora capacidade de superar encruzilhadas e limites, de recriar-se e renovar-se constantemente. Cada momento tem um significado essencial que não se perde em seguida: as forças revolucionárias se acumulam e, na luta, gera a aceleração em espiral, pela qual um patamar mais complexo da revolução passa a ser o ponto de partida de uma evolução subsequente ainda mais complexa. Cuba ficou permanentemente aberta a todos os caminhos do socialismo. A Revolução Cubana teve sempre um caráter aberto, autocrítico, experimentado vários caminhos que conduzem ao socialismo; e há muitas razões que aumentam a esperança otimista de que forjará, em tempo, saídas próprias de construção do socialismo e de passagem ao comunismo. Agora é imperioso fortalecer ao máximo a solidariedade à Cuba, por Cuba e por todos nós porque as implicações do ressurgimento de um poderoso e massivo movimento socialista revolucionário serão tanto mais impactantes quanto mais e melhor Nossa Ilha Socialista resistir nestes tempos difíceis de ofensiva contra-revolucionária.



Luiz Carlos Prestes

Revolucionário, patriota e comunista

Nos dias 5 e 6 de fevereiro, em Caracas, Venezuela, foi realizado o Fórum Internacional Homens a Cavallo. Como informou o Vice-presidente da Venezuela, Elías Jaua, na abertura do evento, o Fórum faz parte de um conjunto de ações para render homenagem aos líderes e processos políticos impulsionados na América Latina, em busca de um caminho de justiça e bem-estar. A iniciativa se inscreve na comemoração do 192º aniversário de nascimento (31 de janeiro de 1818) de Ezequiel Zamora.

Jaua, também Ministro do Poder Popular para Agricultura y Terras, destacou que o presidente da República, Hugo Chávez Frías, tomou como raiz profunda da revolução o ideário de Zamora, chamado *General do Povo Soberano*, baseado em 3 aspectos: como continuador do pensamento e do programa social da independência; impulsionador de um amplo processo de participação popular e seu pensamento latino-americano e integracionista.

O Fórum contou com a presença de diversos expositores internacionais que destacaram o legado de revolucionários como Luiz Carlos Prestes, Emiliano Zapata, Pancho Villa, Francisco Morazán, Eloy Alfaro, Tupac Katari, Augusto Sandino e Farabundo Martí.

Anita L. Prestes esteve presente ao Fórum Internacional Homens a Cavallo e fez uma apresentação sobre a trajetória revolucionária de Luiz Carlos Prestes. Segue abaixo o texto por ela elaborado e divulgado no evento.

Luiz Carlos Prestes (1898-1990), desde muito jovem, revelou indignação com as injustiças sociais e a miséria de nosso povo, mostrando-se preocupado com a busca de soluções efetivas para a situação deplorável em que se encontrava a população brasileira, principalmente os trabalhadores do campo, com os quais tivera contato durante a Marcha da Coluna (1924-27), que ficaria conhecida como a Coluna Prestes. Muito antes de tornar-se comunista, Prestes já era um revolucionário. Sua adesão aos ideais comunistas e ao movimento comunista apenas veio comprovar e confirmar sua vocação revolucionária, seu compromisso definitivo com a luta pela emancipação econômica, social e política do povo brasileiro. Como **revolucionário**, Prestes foi um **patriota** -

um homem que dedicou toda sua vida à luta por um Brasil melhor, por um Brasil onde não mais existissem a fome, a miséria, o analfabetismo, as doenças, a terrível mortalidade infantil e as demais chagas que sabidamente continuam ainda hoje a infelicitar nosso país.

A descoberta da teoria marxista e a conseqüente adesão ao comunismo representaram, para Prestes, o encontro com uma perspectiva, que lhe pareceu factível, de realização dos anseios revolucionários por ele até então alimentados, principalmente durante a Marcha da Coluna. A luta à qual resolvera dedicar sua vida encontrava, dessa forma, um embasamento teórico e um instrumento para ser levada adiante - o Partido Comunista. O Cavaleiro da Esperança, uma vez convencido da justeza dos novos ideais que abraçara, tornava-se também um **comunista** convicto e disposto a enfrentar toda sorte de sacrifícios na luta pelos objetivos traçados.

No processo de aproximação ao PCB, Prestes rompeu de público com seus antigos companheiros - os jovens militares rebeldes conhecidos como os “tenentes” -, posicionando-se abertamente a favor do programa da “revolução agrária e antiimperialista” defendido pelos comunistas brasileiros. Seu Manifesto de Maio de 1930 consagra o início de uma nova fase na vida do Cavaleiro da Esperança. A partir daquele momento, Prestes deixava definitivamente para trás os antigos compromissos com o liberalismo dos “tenentes” e enveredava pela via da luta pelos ideais comunistas que passariam a nortear toda sua vida.

Pela primeira vez na história do Brasil, uma liderança de grande projeção nacional, a personalidade de maior destaque no movimento tenentista, - na qual apostavam suas cartas as elites oligárquicas oposicionistas, na expectativa de que o Cavaleiro da Esperança pusesse seu cabedal político a serviço dos seus objetivos, aceitando participar do poder para melhor servi-las -, recusa tal poder, rompendo com os políticos das classes dominantes para juntar-se aos explorados e oprimidos, para colocar-se do lado oposto da grande trincheira aberta pelo conflito entre as classes dominantes e as dominadas, entre exploradores e explorados. Prestes tomava o partido dos oprimidos, abandonando as hostes das elites comprometidas com os donos do poder, não vacilando jamais diante dos grandes sacrifícios que tal opção lhe acarretaria.

Tratava-se de um fato inédito, jamais visto no Brasil. Luiz Carlos Prestes, capitão do Exército, que se tornara general da Coluna Invicta, que fora reconhecido como liderança máxima das forças oposicionistas ao esquema de poder vigente no Brasil até 1930, talhado, portanto, para transformar-se no líder da “revolução” das elites oligárquicas, numa liderança política confiável dessas elites, usava seu prestígio para indicar ao povo brasileiro um outro caminho - o caminho da luta pela reforma agrária radical e pela emancipação nacional do domínio imperialista, o caminho da revolução social e da luta pelo socialismo.

Como foi sempre coerente consigo mesmo e com os ideais revolucionários a que dedicou sua vida, sem jamais se dobrar diante de interesses menores ou de caráter pessoal, Prestes despertou o ódio dos donos do poder, que se esforçariam por criar uma História Oficial deturpadora tanto de sua trajetória política quanto da história brasileira contemporânea.

Mesmo após seu falecimento, Prestes continua a incomodar os donos do poder, o que se verifica pelo fato de sua vida e suas atitudes não deixarem de serem atacadas e/ou deturpadas, com insistência aparentemente surpreendente, uma vez que se trata de uma liderança do passado, que não mais está disputando qualquer espaço político. Num país em que praticamente inexiste uma memória histórica, em que os donos do poder sempre tiveram força suficiente para impedir que essa memória histórica fosse cultivada, presenciamos um esforço sutil, mas constante, desenvolvido através de modernos e possantes meios de comunicação, de dificultar às novas gerações o conhecimento da vida e da luta de homens

como Luiz Carlos Prestes, cujo passado pode servir de exemplo para os jovens de hoje.

Luiz Carlos Prestes dedicou 70 anos de sua vida à luta por um futuro de justiça social e liberdade para o povo brasileiro. Luiz Carlos Prestes foi um revolucionário, um comunista e um internacionalista, que jamais vacilou na luta pelos ideais socialistas e pela vitória da revolução socialista no Brasil e em nosso continente latino-americano. Prestes foi um defensor conseqüente dos países socialistas, tendo à frente a URSS. Esteve sempre solidário com as Revoluções Cubana e Nicaraguense. O legado revolucionário de Luiz Carlos Prestes deve ser preservado e desenvolvido pelas novas gerações de revolucionários latino-americanos. Este é o objetivo principal do **Instituto Luiz Carlos Prestes** (www.ilcp.org.br) recentemente criado no Rio de Janeiro.



Candido Portinari, *Coluna Prestes*, óleo sobre tela, 46 x 55cm, Paris, 1950

